

Manifestações nas ruas no 1.º aniversário da Revolução

A partir das 18 horas, milhares de cidadãos de Lisboa e Porto... Manifestações nas ruas no 1.º aniversário da Revolução

Alguns e não se esqueceram de cantar: "Luzes, e um momento de silêncio em memória do povo português que se entregou à liberdade"

Sã Carneiro regressou ao Porto

RECORDEDO, o nome de Sã Carneiro é mencionado no PPT, o Partido da Unidade, que se encontra hoje em Lisboa...

Orelas, V. Alves e V. Lourenço na RTP

HOJE A NOITE O BREVETADO Orelas, Alves e Lourenço vão apresentar um programa de variedades na RTP...

PPD, PPM e PS na SEDES

PARA ANUNCIAR os resultados das eleições, o PPD, o PPM e o PS vão participar numa reunião na SEDES...

"Muro da vergonha" entre o "superheide" e Moçambique

A BREVETADO, o muro da vergonha que se ergueu entre o "superheide" e Moçambique...

O "Expresso" e o processo político persuasivo

PROFESSOR, o processo político persuasivo que se desenvolveu no "Expresso"...

Rectificação

HOJE, em 24 de Maio, o "Expresso" publica uma rectificação...

Bispos e Estado ainda não se entendem sobre a Rádio

Os bispos portugueses não se entendem com o Estado sobre a criação de uma rádio...

O EXPRESSO e o relatório preliminar do II de Março Page. 20 e 21

Os partidos na Televisão e nas emissores de Rádio Page. 22 e 23

A Política Page. 2
As Forças Armadas Page. 1
A Sociedade Page. 4



A Imprensa Page. 3
Portugal visto pelo mundo Page. 17
Radiografia militar Page. 18 e 19

Portugueses vão às urnas em ambiente de expectativa

PARA O BREVETADO, os portugueses vão às urnas em ambiente de expectativa...

Com o fim da campanha eleitoral, os portugueses vão às urnas...

Contra o regime de Franco: Junta Democrática de Espanha prevê acções

A JUNTA DEMOCRÁTICA DE ESPANHA, contra o regime de Franco, prevê acções...

Com o fim da campanha eleitoral, os portugueses vão às urnas...

Um ano depois a esperança mantém-se

UM ANO depois de 25 de Abril, a esperança mantém-se...

Quem foi o 25 de Abril?

Quem foi o 25 de Abril? O dia 25 de Abril de 1976...

Quem foi o 25 de Abril? O dia 25 de Abril de 1976...

Quem foi o 25 de Abril? O dia 25 de Abril de 1976...

Crisis económica

A ECONOMIA portuguesa encontra-se numa situação de crise...

A ECONOMIA portuguesa encontra-se numa situação de crise...

Força Aérea dedica-se a tarefas cívicas

A FORÇA AEREA dedica-se a tarefas cívicas, além das suas funções militares...

TISSONIC um relógio electrónico TISSOT TISSOT o relógio que conquistou o mundo inteiro



Manifestações nas ruas no 1.º aniversário da Revolução

A partir da meia-noite de hoje, iniciam-se nas cidades de Lisboa e Porto uma onda de manifestações de comemoração do 1.º aniversário da Revolução de 25 de Abril.

Em Belém, enquanto decorria a reunião do Conselho de Revolução, a multidão concentrou-se na Praça do Império, provocando enormes engarrafamentos de trânsito.

Milhares de pessoas, agitando bandeiras nacionais e algumas partidárias, gritavam vivas à Revolução, exigindo a presença dos membros do Conselho.

O Presidente Costa Gomes, e os brigadeiros Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho, dirigiram-se por momentos à população, de uma das varandas, com palavras de gratidão pela espontaneidade da manifestação e pelo apoio que ela significava ao MFA e ao processo revolucionário.

Noutros pontos de Lisboa, nomeadamente junto ao Rádio Clube, na Praça Marquês de Pombal e nas artérias adjacentes, grandes concentrações de pessoas e vitórias vitórias estalavam e o aniversário da Revolução comemorado em liberdade.

Entretanto, por contacto telefónico com o Porto, foi-nos assinalada manifestação equivalente, que incidia especialmente na Praça da Liberdade e que agrupava mais de duas mil pessoas no mesmo local.

As primeiras horas da manhã, as manifestações começaram a dispersar e não se registaram incidentes.

Contudo, e por precaução de rotina as unidades militares encontravam-se em regime de prevenção simples e, no Parque o perímetro da antena da RTP e outras forças militares mantinham guarda, também de rotina, ao forte do Alfo do Duque e às estações emissoras.

Sá Carneiro regressou ao Porto

REGRESSOU ontem de Londres o secretário-geral do PPD, dr. Francisco Sá Carneiro, que se encontrava fora do país por motivo de saúde.

Sá Carneiro seguiu para o Porto, depois de uma breve escala em Lisboa onde, no aeroporto, era aguardado pelos ministros Magalhães Mota e Sá Borges, e após uma visita de poucos minutos à sede do PPD.

Otelo, V. Alves e V. Lourenço na RTP

HOJE À NOITE O BRIGADEIRO Otelo Saraiva de Carvalho, Major Victor Alves e Capitão Vasco Lourenço contarão na RTP a história do MFA que estes três militares viveram pessoalmente.

PPD, PPM e PS na SEDES

PARA ANÁLISE do resultado das eleições reúnem-se, na Sedes, às 21 e 30, o PPD, PPM e PS, na próxima segunda-feira.

Segundo os nossos informadores tal encontro contribuirá para um aprofundamento das relações entre os três partidos da cetera política portuguesa que na sua terminologia perfilham um socialismo em liberdade.

"Muro da vergonha" entre o «apartheid» e Moçambique

A PROGRAMADA vedação em torno do «Kruger National Park» da África do Sul é considerada um erro ecológico pelos peritos na matéria, que consideram a sua próxima construção como mera resultante de decisões políticas.

Segundo estes observadores, tal vedação visaria mais acautelar o «apartheid» do que proteger a caça existente no território da União Sul-Africana, constituindo uma medida preventiva face a eventuais incursões provenientes da fronteira moçambicana. É de notar que a zona fronteiriça que Pretória deseja armada tem vivido na maior calma, não sendo conhecidos quaisquer incidentes. Não são conhecidas informações oficiais sobre o assunto até à presente data.

O «Expresso» e o processo político peruano

PROCESSOS políticos mencionados como tendo semelhanças com o português são entre outros, o Peruano, o Argelino e o Egípcio.

EXPRESSO, interessado em contribuir para o esclarecimento do público português promove, para além da informação escrita, uma série de conferências sobre experiências políticas de outros países. Começa com o Peru e com esta finalidade convidou o dr. Hugo Neira, director do jornal diário «Correo», cujas instalações foram incendiadas nos incidentes contra-revolucionários de 5 de Fevereiro, relatados por nós, na devida altura, através do nosso enviado especial a Lima.

Hugo Neira, além de jornalista e profundo conhecedor do seu país, é um sociólogo com vários trabalhos publicados e Prémio Casa de Las Americas (Cuba), 1974, com o livro TESTIMONIO — Biografia de um camponês de Los Andes. É também director de difusão de SINAMOS (espécie de Dinamização Cultural) sendo editor de «Participación», órgão político daquela organização que mais de perto relata as experiências populares no Perugu. Neira segue de Portugal para a China a convite do governo de Mao Tsé-Tung. A conferência realizar-se-á no dia 30, pelas 18 e 30 no Hotel Altis.

Rectificação

UMA GRALHA demasiado evidente na legenda da gravura da pág. 24 desta edição foi por nós detectada quando já haviam sido impressas algumas milhares de exemplares. Embora tenha sido imediatamente emendada, alguns exemplares poderão chegar às mãos do leitor e prestar-se a especulações desagradáveis e injustas, apressamo-nos a rectificar. Onde se lê: «se multado o povo que ocorre às principais cerimónias religiosas», deve ler-se: «E multidão o povo que ocorre às principais cerimónias religiosas».



«L'Express», um caso típico de uma campanha orquestrada até ao pormenor, em que nem a cronologia éntre por coincidência (antes bem traduz a ideia do antes e depois do 11 de Março): 10-16 de Fevereiro, Cunhal com a legenda-citação «Quem pode é não impede, peço». 17-23 de Fevereiro, Soares pensativo, cheirando o cravo de Abril e a legenda: «A coragem é uma coisa que se organiza». 24-30 de Março: a parte mais ocidental da Europa, em que se entornou um frasco de tinta vermelha (a ofensiva comunista) que cobriu quase toda a Itália e Portugal. Foi tentando que os gregos conquistarem Tróia». Sem querermos imitar o estilo de «L'Express», também poderíamos ilustrar esta tripla gravura com uma citação célebre: «O coração tem razões que a razão desconhece» (Pascal)



25.IV.74/25.IV.75 — Portugal aos olhos do mundo

NUNCA TANTOS PROCURARAM TANTO INFLUIR EM TÃO POUCOS

OS ACONTECIMENTOS ocorridos no dia 25 de Abril de 1974 sacudiram as redacções dos jornais e as chancelarias do mundo inteiro como um tremor de terra. Não se trata de uma metáfora, mas de um facto. Passado que fôra o sobressalto do levantamento das Caldas, cerca de um mês antes, perante a forma como este havia sido malgrado pelo regime no Poder, ninguém acreditava em modificações políticas em Lisboa pelos tempos mais próximos. Daí, pois, a estupefacção geral. É à medida que as horas se foram passando e a situação se ia clarificando, mais as atenções gerais se focavam sobre Portugal.

E no dia seguinte, foi possível constatar que um autêntico coro de «hossanas» se elevava das mais diversas capitais do mundo, glorificando o derrube incruento (ainda por cima!) da veterana ditadura nazi-fascizante que, embora em flagrante estado de decomposição, constituía um sinal de «pecado» na consciência que se cria boa de muitas democracias e «democracias» do planeta. Alguns silêncios e reticências houve, é certo, uns e outras particularmente flagrantes na Grécia dos generais e na vizinha Espanha, na Rodésia e na África do Sul e em alguns sectores da opinião pública brasileira. Mas o tom geral era de alegria e, ouvindo as declarações dos políticos e os comentários da Imprensa estrangeira, ficava-se com a sensação de que nunca Portugal tivera tantos e tão desinteressados amigos. O mundo abria-se-lhe.

No entanto, bastou que passasse apenas uma semana para ser possível detectar as primeiras diferenças, embora muito ténues ainda. Com efeito, à medida que se aproximava o fim do mês de Abril, alguns órgãos da imprensa europeia, nomeadamente francesa (para não falar na generalidade dos jornais espanhóis e brasileiros), iam-se fazendo eco do recado de que as manifestações populares do 1.º de Maio degenerassem em incidentes violentos, dadas a «impreparação policial» dos portugueses — tudo isto dito num certo tom condescendente e paternalista que apenas mascarava as primeiras reacções alarmistas. Afinal, nada aconteceu de anormal no 1.º de Maio. Mas isso não foi motivo bastante para que os porta-vozes das direitas europeias e do anticomunismo visceral americano se calassem. E assim, vários foram os jornais que exprimiram a sua preocupa-

ção pela «onda de vermelhos» que então se abateu sobre Lisboa. Comentou-se o «excesso» de bandeiras vermelhas desfiladas no 1.º de Maio, em comparação com o pequeno número de bandeiras nacionais portuguesas e o bem conhecido jornal direitista francês «L'Aurore» foi no ponto de estranhar não ter havido, durante as manifestações, suficientes «vivvas» a Spínola, e acrescentava: «A habilidade dos socialistas e dos comunistas foi, sem dúvida, a de fazerem acreditar à multidão que desfilava outros que os seus dirigentes eram mandatários de Spínola.

A manifestação do 1.º de Maio inquietou os moderados portugueses. Todos aqueles que desejam que Portugal se oriente para uma democracia cristã terão pressões de ansiedades. Como se vê, adiantavam-se já as primeiras cartas para a jogada na directa portuguesa...

A intentona até 28 de Setembro

Menos rápidos que a Imprensa, os dirigentes do bloco ocidental começaram entretanto a fazer as suas análises sobre a evolução da situação interna portuguesa e suas implicações no equilíbrio mundial. Um membro da NATO com elementos comunistas no Governo era uma novidade na história daquela Organização, cujas implicações se tornava necessário pesar bem e, por outro lado, haveria que avaliar todas as consequências da descolonização. Estes, os dois aspectos que mais preocupavam os Estados Unidos e os «filhos» da NATO, enquanto a descolonização tinha a prioridade suas análises feitas em Salisbury, Petróia e Brasília (a ambição maior do Brasil seria instalar-se na Guiné, em Angola e em Moçambique como potência neocolonialista, sob a capa da identidade de tradições, língua e cultura).

Por sua vez, os «líderes» políticos europeus dignam as suas atenções particulares para o equilíbrio de forças em Portugal, anexo as hipóteses de alianças partidárias.

No jogo das forças políticas em presença em Lisboa desempenhava papel preponderante o então general Spínola, dada a sua posição de chefe do Estado. E é assim que no dia 19 de Junho o ex-presidente Nixon se avista nos Açores com o ex-presidente Spínola, enquanto no mesmo dia, e do outro lado do mar, em Ottawa, terminava a conferência dos ministros dos Estrangeiros da NATO e Henry Kissinger conferenciava com o ex-chefe da diplomacia portuguesa Mário Soares.

No Canadá, felicitou-se a delegação portuguesa pela restauração da democracia em Portugal, enquanto o secretário-geral do Partido Socialista realinha a presença do seu país na Aliança Atlântica e no contexto do chamado «Mundo livre». Nos Açores, entretanto, falou-se do acordo sobre a base das Lajes. Spínola terá também tranquilizado a «vedeta do «caso Watergate» quanto à fidelidade à NATO e orientando que o então chefe da Casa Branca terá expresso ao seu interlocutor os receios dos EUA perante o avanço do Partido Comunista em Portugal, avanço tanto mais de recear quanto era patente a satisfação de URSS e dos outros países da Europa de Leste perante a democratização em curso em Lisboa. Os «perigos» de uma descolonização «apressada» poderão igualmente ter vindo à conversa... A verdade é que Spi-

nola efectua um encontro-surpresa com Móbua, todo o processo indente à independência das colónias se entrava as relações com os Estados comunistas europeus sobem um progressivo «congelamento».

Paralelamente, assistiu-se à tradução em actos do interesse de certas personalidades por Portugal. Willy Brandt e Olof Palme, nomeadamente, vêm a Lisboa. Na realidade, com um duplo objectivo: inteirarem-se da real situação do país, a que prometem apoios, e estreitarem os laços com o Partido Socialista, reforçando a posição deste e do seu «líderes» no leque partidário português. Esta dupla iniciativa torna patente, por outro lado, que o Portugal que interessa à Europa industrializada e do Mercado Comum é um Portugal social-democrático, que coloque o PC à distância, que se mantenha fiel à NATO e que, tão rapidamente quanto possível, possa garantir a CEE um mercado fácil e um fornecedor de certos produtos em condições vantajosas. É a altura em que os círculos políticos e financeiros da República Federal alemã «condam» em Portugal e no seu futuro... sob a tutela de Spínola.

Enquanto isto, e contrapontando aquele moderado optimismo dos social-democratas europeus, as análises que no estrangeiro se fazem sobre o que se passa em Portugal vão pendendo imparcialidade, mostrando cada vez com mais clareza que género de «democracias» é que as diferentes correntes de opinião gostariam de ver implantada e defendida pelo Governo de Lisboa. Palavras como «aristocracia» e «caso económico» escrevem-se e pronunciam-se mais frequentemente, ao mesmo tempo que a tecla do «perigo comunista» soa com mais força.

A crise do Governo Palma Carlos é atribuída, nos meios conservadores europeus e nos EUA, aos comunistas e o retorno da posição dos militares significa «perda das liberdades» e vitória «da esquerda». Depois, continua a pôr-se a tónica na «desordem» e na «incapacidade governativa». Aos agrupamentos políticos fascistas portugueses chamam os demo-cristãos europeus de moderados e de centristas.

A época, porém, é de Verão e de férias. Os leitores não aceitarão prosas muito substanciais e os poucos, também eles, fazem o seu repouso anual. Assim, o tom geral das críticas e das análises parciais pode dizer-se que é ainda moderado.

O grande alarme

A intencional reacção de 28 de Setembro renova o interesse e as atenções por Portugal. Mais celebre e menos comédia que os políticos, é de novo a imprensa quem primeiro reage, reflectindo o juízo das suas clientelas. Assim, houve jornais que afirmaram, ou deram a entender, que tudo não passou de uma cabala, montada de ponta a ponta, para afastar do Poder os moderados, os «verdadeiros democratas». Spínola foi apresentado como a vítima, o homem bem intencionado, consciente dos «perigos» que ameaçavam o País, e moderado que, por isso mesmo, a esquerda tinha de afastar do seu caminho.

E o discurso-deafio do ex-general recebeu honras de «radiografia desvambada» de um país à beira de precipitar, situação que tinha conculado o chefe do Estado a agir, com fins salvadores. Mais uma vez citamos o exemplo-tipo de «L'Aurore» que, na circunstância, escreveu: «Os excessos de

velocidade no processo de descolonização e a aceleração do proselitismo do Partido Comunista, a degradação da situação económica e as solicitações de cada vez mais angustiada mundo dos negócios levaram Spínola a agir». Mas — reconhecia o jornal — Spínola «perdeu a cartada». No entanto, rematava, se Portugal evitou uma confrontação sangrenta «talvez não tenha ainda poupado uma guerra». A mesma linha de análise era seguida por «Le Figaro», para o qual a direita portuguesa ainda não tinha perdido a partida, pois «apesar do sucesso espectacular da esquerda, estão reunidos todos os elementos de uma situação explosiva».

Porém os curiosos: um dia depois da derrota da direita portuguesa, as «suas aliadas» estrangeiras encontram logo o caminho certo para a estratégia seguinte: «guerra», «situação explosiva», ou seja, «guerra civil» — o grande tema a explorar futuramente.

As preocupações de Kissinger e do embaixador italiano

Para constatar isto mesmo, ou apenas para promover determinada facção política portuguesa, em meados desse mesmo mês de Novembro, Portugal recebeu a visita do senador Edward Kennedy. Das mais diversas declarações (consoante as circunstâncias) que o protagonista do já esquecido drama de Chappaquiddick proferiu — confiança no futuro democrático de Portugal, promessas de auxílio económico e técnico, apoio ao processo de descolonização, etc. — destacamos a seguinte: «Portugal é uma parte importante do mundo ocidental. A vossa posição de firmes na NATO merece um elogio especial, particularmente durante os dias difíceis para a unidade ocidental na guerra do Médio Oriente do ano passado. E o vosso papel e posição continuam vitais na linha de preservar uma segurança genuína das nações e povos da Europa». Não ficou dito se o senador do Massachusetts se esqueceu ou não de que o Governo que facultara a utilização de base das Lajes para apoiar Israel na guerra de Outubro de 1973 já não era o mesmo que um ano depois estava no Poder em Lisboa. Mas o que Kennedy quis dizer, e muito claramente, foi que a «unidade ocidental» passa pelas Lajes. E isto num momento em que a NATO deixava cada vez mais patentes as suas reticências quanto à fidelidade à Aliança de um país cujo Governo incluía comunistas.

A Europa ocidental, por seu turno, fazia coro com estas dúvidas, ao mesmo tempo que começava a deitar achar na fogueira das divergências entre o PS e o PCP, enquanto jornais e políticos ainda mais à direita clamam contra os «atentados às liberdades» de que são alvo os Partidos direitistas portugueses. A expressão «última de guerra civil», apenas sugerida logo a 29 de Setembro, é já uma realidade por altura do fim do ano, aos olhos desses observadores comprometidos.

Se houve dirigentes mundiais a quem as consequências do «28 de Setembro» alarmaram, esse foi o secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, que não confiando muito nos relatórios que o seu embaixador lhe remetia regularmente, enviou a Lisboa uma comissão de quatro elementos, chefiada por um «especialista» em assuntos ibéricos. A missão confiada aos inquiridores era desco-

brir «para onde iam» Portugal, pois o chefe do Departamento de Estado de Washington temia que a direcção escolhida em Lisboa apontasse para Moscovo.

Entretanto, e ao mesmo tempo que os «peritos» faziam as suas investigações, o novo chefe de Estado português, Costa Gomes, deslocava-se aos Estados Unidos, para discursar perante a Assembleia Geral das Nações Unidas e avistar-se com Gerald Ford. Na ONU, o dirigente português apresentou o seu país uma imagem positiva e tranquilizadora: a amizade com todos os povos do mundo, as afinidades existentes entre Portugal e o Terceiro Mundo, o respeito pelos tratados internacionais anteriormente celebrados e o seu estrito cumprimento. Se da conversa havida entre Costa Gomes e Ford, o dirigente americano saiu mais tranquilo, não o sabemos. Estava-se em Outubro.

Sabemos sim, que nesse mesmo Outubro, o semanário francês «Canard Enchaîné» revelava alguns aspectos das actividades da CIA em Lisboa (um assunto que iria fazer correr muita tinta...) e dos objectivos fixados pelos EUA para influenciar a marcha dos acontecimentos em Portugal, um dos quais assentava na possibilidade de reestrapar em Spínola, provavelmente aquando das (então julgadas) próximas eleições presidenciais.

Quer fosse em resultado deste plano, quer devido ao relatório da comissão enviada por Kissinger, a verdade é que este decidiu substituir o embaixador Nash Scott, colocando em seu lugar Frank Carlucci. A substituição nem sequer provocou qualquer atrito diplomático.

Problema diplomático, porém, já constituía o ocorrido com o embaixador italiano, Girolamo Messeri, autor de um relatório que provocou verdadeiro escândalo em Roma, quando a Imprensa de esquerda e deputados comunistas o revelaram. Denunciado como figura estreitamente ligada às direitas italianas, Messeri traçava ao seu ministro um quadro verdadeiramente assustador da situação político-social portuguesa, apresentando a renúncia de Spínola a toda a subsequente evolução dos acontecimentos como «a violação de todos os mais elementares princípios de liberdade por parte de agitadores de toda a espécie que se apoderem dos centros vitais do país depois de 25 de Abril».

Precedendo o 11 de Março

O mês de Janeiro de 1975 traz dois acontecimentos que são explorados contraditoriamente: o Acordo de Alvor sobre a independência de Angola e o auge da polémica sobre a unidade sindical.

O primeiro destes acontecimentos é estudado como um facto positivo, mas diminui-se-lhe de imediato a importância através do adensamento das sombras que se anevém quanto ao futuro dessa mesma independência. A possibilidade de Angola se tornar num novo Congo é largamente explorada, ao mesmo tempo que se dá ainda maior relevo ao confronto entre os Partidos adeptos e adversários da unidade sindical.

Pode dizer-se que é a partir daqui que na Europa ocidental se começa a desenhar a grande ofensiva de apoio ao PS, como única forma de afastar do poder o Partido Comunista. É assim que, em toda a Holanda, se realiza, a 25 de Janeiro, um pedido a favor do Partido de Mário Soares, para «manter Portugal livre» (tal

era o slogan da campanha). É assim também que um determinado sector da imprensa francesa alinha nessa mesma campanha, a qual atinge o ponto culminante em fins de Fevereiro através do semanário «L'Express», comandada pelo jornalista Jean-François Revel. Para este, Portugal é um «cocktail» composto por «um terço de Chile, um terço de Peru e um terço de Checoslováquia», pelo que é necessário um «verdadeiro plano Marshall» para «salvar» Portugal, «salvação» esta que passa por Mário Soares e pelo PS.

Deste modo, generaliza-se na Europa ocidental, toda ela mais ou menos social-democrata, a ideia que Portugal está à beira de se transformar num novo Chile, que a guerra civil é iminente. É nesta linha que «Le Figaro» escreve, em Fevereiro, que Portugal «preenche todas as condições para cair num regime socialista comunista» porque a polícia tinha sido desmantelada, o Exército já não obedecia às ordens e os comunistas controlavam a imprensa, a Rádio, a Televisão, o MFA e o COPCON.

Depois do 2.º golpe fascista

Os acontecimentos de 11 de Março são ao mesmo tempo o rebanhar de toda esta carga emocional cuidadosamente alimentada e um novo pretexto para continuar a luta a favor das direitas. «Liberdades em perigo» e «recios dramáticos» são expressões correntes nos comentários tidos ao «11 de Março». A ilegalização de três Partidos, ordenada pelas autoridades militares, desencadeia imediatas tomadas de posição de dirigentes políticos europeus, os quais protestam fundamentalmente contra o afastamento da corrida às urnas do «cavalon» em que tinham apostado tudo: o chamado Partido da Democracia Cristã, enquanto é apenas por acréscimo que se insurgem contra a ilegalização de duas formações políticas de Esquerda.

As repercussões abalam inclusivamente o congresso do PC italiano que, em tempo de autêntico «love story» com a Democracia Cristã, vê esta levantar arraiolos do Congresso e romper o noivado aos gritos de inocência ultrajada. O mesmo género de protestos vem

dos confins da Baviera, onde Von Hassel e Franz-Josef Strauss manifestaram solébrica indignação. A um nível mais elevado, entretanto, o próprio Governo de Bonn e o seu Parlamento exprimiam preocupações quanto ao futuro das «liberdades» em Portugal. Em nome do Bundestag, Von Hassel deslocou-se mesmo a Lisboa onde, entre outras actividades conferenciou com dirigentes do PDC. Da América do Norte vinha, entretanto, o senador Brooke, na sequência das vozes inquisitas que ecoavam no Capitólio e nos círculos Rockefeller.

Brooke afirmou-se tranquilo, ao regressar a Washington e Von Hassel, por seu lado, terá recebido garantias... certamente de que as eleições se efectuariam mesmo. Pelo sim, pelo não, o organismo internacional das Democracias Cristãs decidiu enviar uma delegação a Portugal para assistir ao acto eleitoral.

Depois das eleições, que vai fazer o «mundo livre»? Talvez comecem por exigir que se respeite «a vontade do povo»... — A. Martin Lopes.

«Radiografia militar» do 25 de Abril

«RADIOGRAFIA Militar» é o título de um livro prestes a sair de Manuel Barão da Cunha, um dos jovens oficiais que estiveram na base do 25 de Abril de 1974.

Nele se contam — em tom de narrativa corrente — histórias de antes e depois do 25 de Abril. Em que nomes como Sílvio, Antero, Gomes da Cruz equivalem a Spínola, Otelo e Costa Gomes...

Uma narrativa viva, agora particularmente oportuna, quando ocorre o primeiro aniversário do 25 de Abril.

Monte Gordo, 17-7-1974

TIVE, há escassos dias, o prazer de ver na televisão o homem que conduziu as operações militares que iniciaram a revolução de 25 de Abril.

Sorridente, em mangas de camisa, jovem, apesar do cabelo grisalho, mas muito jovem ao lado da gerontocracia estrelada.

Vossa excelência para aqui, vossa excelência para acolá... Será que estamos na mesma, que só as moças mudaram? Pensei. Mas, para além da camisa de manga curta que vestia o major-brigadeiro sorridente e jovem, havia mais.

«A juventude foi capaz de fazer o que os generais não tiveram coragem». Não sei se disse exactamente assim. O certo é que o general de quatro estrelas torceu-se todo. E o major, que estava por detrás do general, fazia carinhas, tentava disfarçar. E assim continuou naquele jogo fisionómico durante a contra-resposta do general, que a televisão é bicho indigesto.

Queria o major-brigadeiro dizer aos generais que não se virava com duas estrelas e o tratamento de vossa excelência? Ou seria aos camaradas do Movimento das Forças Armadas? Ou talvez a todos nós, incluindo ele próprio, que isto do poder é algo de muito perigoso quanto a paixão humana.

Humano é palavra-pensamento que nos ocorre ao contemplar aquele rosto jovem sorridente mas determinado, Humanidade temperada em treze anos de guerra e incerteza, sacrifício e tentações, lutas externas e internas.

Devemos recuar a 1961 se queremos tentar compreender o 25 de Abril de 1974. Ou talvez mais longe.

Outubro de 1955, parada do quartel da Amadora.

Os cadetes-recrutas formam em U. Enfrenta-os um capitão. Um capitão de bigode e ar agressivos, tipo sargento de filmes americanos. Botas altas brilhantes de engraxadas, ombros ligeiramente encurvados, enfrenta os cadetes-recrutas, desafia-os, como que pedindo-lhes contas por terem ousado imiscuir-se na sua profusão. O capitão-sargento ignorava, porventura, o tom profético das suas duras palavras ao pintar a escuro o quadro da vida que esperava aqueles adolescentes.

Na sua frente, cinzento e anónimo como os outros cadetes, Joaquim de Almeida fita-o com os grandes olhos esbugalhados. Ridículo como os seus companheiros no uniforme mal talhado, enfia o barrete quase até aos olhos e não ousa coçar a barba cerrada, que o esconhoamento apressado da máquina eléctrica do Anibal não disfarçou o suficiente para

evitar o olhar aquilino do capitão-sargento.

Vem a cama para o centro da formatura e o oficial ensina a fazê-la com o número de dobras regulamentar, como se fora a tarefa mais fundamental para a salvação de todos. Segue-se a explicação do talher, não há algum alarve dos cadetes-recrutas desconhecer a serventia daqueles instrumentos.

Joaquim e os camaradas dificilmente esqueceriam aquelas instruções. Se tal sucedesse, o regulamento aplicado pelo capitão-sargento encarregar-se-ia de lhes avivar a memória, como aconteceu logo no primeiro fim de semana. Alguns cadetes não puderam conhecer de imediato a Porcalhota, devido à dobra do travesseiro não ser regulamentar.

Também aprenderam cedo que os regulamentos são para serem cumpridos por todos, que todos devem ser iguais, mas que existem uns mais iguais, isto é, que nem sempre o exemplo acompanha as palavras dos educadores. Nisto pensava Joaquim de Almeida ao ver o capitão meter os bigodes no creme do bolo de sobremsa, esquecendo-se de utilizar o talher que patenteara no primeiro dia.

Joaquim e os camaradas iniciaram o quotidiano. Anónimo, cinzento por vezes, mas diferente do da maioria dos rapazes da sua geração, ou talvez não.

As aulas acabam às cinco da tarde, depois temos o chá, estudo, o jantar às oito e o recolher às dez. As dispensas são só até às onze horas. E aos domingos só se pode sair se o comandante de companhia deixar.

Ter tido acesso à correspondência de Joaquim de Almeida pareceu-me um achado. De facto, a sua escrita ingénua mas sincera, tipo diário, ajudá-nos imenso a compreender a evolução de uma geração e de uma época, essencial para a devida apreciação dos acontecimentos actuais. Embora haja muito de pessoal nessas confidências, encontram-se ideias e factos que constituem indicadores válidos.

A vida cá é um pouco dura e eu venho muito mal habituado de férias, por isso tenho andado em rodagem. Para o mês que vem conto estar em forma.

Já vi o Tavares, não me parece dos praxistas. Como estou no terceiro edifício e ando sempre com muita de cavalaria não me chateiam muito, mesmo assim já tive «cama a parada». As vezes é muito chato. Um tipo cansado, a precisar de dormir aquelas escassas horas, de

recuperar para o dia seguinte, e lá vai a cama para a parada. Ou se vai buscá-la, ou se dorme no chão. Como o Zé Caxias, teimoso e duro como poucos, rude e são como camponês que se preza. Dorme no chão há várias semanas, mas dobrar é que não dobra.

Sim, por vezes a praxe exagerava. E tanto sofriam os úteros como os demasiados dóctis, como aquele engenheiro que viu a cama no alto do pórtico, ele que não conseguia andar por essas alturas. Como geralmente na vida, safavam-se os com sorte, os acomodaticios e os com conhecimentos.

A praxe cujos objectivos deviam ser desembaraçar, criar capacidade de encaixe, coarctar certos hábitos da vida civil, em suma, ajudar a preparar para a vida militar; e, portanto, devia também meter camaradagem, ajuda efectiva, para contrabalançar, nem sempre alcançava o que deveria pretender. Falta de preparação dos alunos mais velhos para o papel de condutores de homens tal como sucede no Colégio Militar, ou compensação de certos complexos, a realidade é que os seus exaerpo: eram propícios à criação de incompreensões e inimizades, tão perigosas na vida, em especial na carreira das armas.

Joaquim de Almeida levou tempo a esquecer que Mário Félix o obrigara a engraxar-lhe os sapatos. No acampamento final uns copos a mais e eis Joaquim em busca do praxista.

A praxe não pode ultrapassar certos limites convencionais sob perigo de se tornar deseducativa e perigosa. Deste modo deixa de ter razão de existir.

Neste momento a malta do quarto canta, dorme, conta anedotas, joga às cartas. Ao menos aqui ninguém vem chatear.

A malta do Movimento das Forças Armadas fez o golpe militar de 25 de Abril a pedir meças a quaisquer estratégias dos vários quadrantes e quadros históricos. Os tais oficiais «sem sono» (acho-lhes uma graça, aos jornalistas e a certos cidadãos) é muito cómodo ter anjos da guarda a velarem por nós, sentinelas actuautes a desinibirem-nos daquilo que não fizemos e gostaríamos de ter feito) deixaram cá para fora um programa que não deve a quantos para aí existem, por mais democratas, socialistas e comunistas que sejam; que taxar de ineficácia tantos políticos e intelectuais de discauso de café e demagogia doméstica. Deposa, retiraram-se modestamente, oferecendo o poder numa bandeja.

«Esperava retirar-me após o 25 de Abril», confessou a ingenuidade do cérebro estratégico, ora catapultado a briga deiro.

Querias regressar à tal vida calma que nunca tiveste? Ou seria o receio do poder? Poder que transformava homens, arma perigosa de dois gumes que possibilita simultaneamente a realização pessoal e a dificuldade de nos reencontrarmos.

Ingenuidade e culpabilidade

Liáboa, Paço da Rainha
Outubro de 1956

Passo aqui uma semana inteira sobrecarregado de aulas e instruções, farto de aturar mestres e infantes, cansado de ginástica e esgrima, à noite começo a architectar planos e quando chega o sábado vejo-os ruir... paciência, talvez seja o próximo. Já sinto saudades de estar contigo. Só te vejo na missa onde mal posso falar-te.

Vi «Gabys», com Leslie Caron e John Kerry, em cinema-copie. Era um filme leve mas que focava problemas importantes de guerra. Guerra nas cidades bombardeadas, como Londres. Era o romance de um soldado americano e de uma ballarina francesa. O fim é um pouco forçado para tudo acabar com bem.

A tua ingenuidade vem de longe, Almeida. A tua ingenuidade e a tua curiosidade pela guerra. Guerra que te atrai e simultaneamente repugna. Guerra que amaste e possuiste — ou melhor, te possuía — até à repulsa. Guerra a que te entregaste, que odiaste e te fez encetar esta nova guerra. Com quantas coragem? Diz-nos, que doses de coragem física e moral precisaste para isto que muitos apreciaram e poucos compreenderam? Que alguns transformaram em folclore carnavalesco, outros aproveitaram oportunisticamente, e ainda outros acusaram de tardio, principalmente os que nada fizeram, nada arriscaram, a não ser falar demagogicamente a partir de 26 de Abril. E até já dizem que hás-de responder em conacinho de guerra, tu e os teus camaradas, nesta ánsia ancestral de arranjar bodes expiatórios para o nosso secular sentimento de culpa pelo pouco ou nada que fizemos e gostaríamos ou deveríamos ter feito.

«Gabys» foca um problema humano avivado pela guerra. A motivação da hipersensibilidade; o equacionamento do essencial com sacrifício do mesquinho, do rotineiro, do pomenor; o viver o dia-a-dia sem acreditar no futuro; a separação brusca; a perda da esperança; os actos desesperados que não são bons nem maus, mas simplesmente desligados da moral tradicional e fruto de circunstâncias especiais, por vezes únicas, impossíveis de serem rotulados à luz de uma visão rotineira.

Nessa altura ainda não estas preparado para medir o alcance de todo este problema humano. Seria preciso senti-lo na própria carne, todo esse calvário, e muitos mais, que às vezes as roturas são irreparáveis.

Por isso agora estás sorridente, confiante, mas não ingénuo. Fim mas amadurecido, mais intensamente vivido que a outra geração, a da gerontocracia do dobro de estrelas que te trata por «vossa excelência», mas conserva ainda vestígios de um tradicional e asfixiante paternalismo, e reage à tua tomada firme de posição, embora sorridente; ao teu diálogo viril e amadurecido.

Já reparaste que agora não podemos conversar! Ou é por carta, ou por telefone. Mas muito diferente. Desculpa se na missa olhei demais para ti, queria guardar a tua imagem: te vejo 35 minutos no espaço de oito dias, 35/11520 minutos, estás a ver a desproporção?

Ingénuo adolescente, Joaquim, haverias de multiplicar muito mais essa relação. Quantas horas de paz viveste nestes últimos treze anos?

Fiz bem em portar-me na liháça durante a cela. Provavel-

mente dois rapazes do meu curso vão ser castigados com dez dias à ordem.

Foi o coronel Raul quem participou daqueles camaradas. Castigo duro, talvez. Mas lição a aproveitar, de quem tinha algo a ensinar, para além das aulas de Tática. «Prefiro castigar severamente os culpados que acabar com uma tradição por alguns não a saberem merecer». Este o princípio expresso por alguém que, apesar de defensor de rígida disciplina, respeitava um sã espírito democrático. Alguém que já não teve ocasião para ver o dia 26 de Abril.

O Barbeiro teve de apanhar coramina, lá foi a beboosira. Ao Renato, que também se excedeu nos copos, não lhe deve ter feito mal a punição. No ano seguinte foi o único que se saiu a outro castigo do coronel Raul. O resto do curso ficou privado por ter chegado atrasado à partida para uma visita de estudo. Excesso ou lentidão ao engraxar as botas altas motivou aquele atraso de três minutos e o fim de semana na Escola, sem poder ver o concurso hípico internacional de Liáboa. O coronel Raul não desculpava faltas de pontualidade. Militar duro mas sério, respeitado vida fora pelos alunos. Provavelmente seria hoje dos escolhidos para a Junta.

Mas até essa altura, os homens do Movimento muitas quedas teriam de sofrer.

Uma hora que me fez zwar um pouco e dar mais quatro estoivos, um deles acompanhado de um choque contra um camarada. O instrutor diz que ando a cizragar-lhe a mobília.

Ontem começou a equitação, mas esta semana é só para a cavalaria. Por enquanto temos voltelo, com os cavalos apenas cobertos com mantas, o que é

muito pior que montar em selim. Tenho-me aguentado bem. Alá, prefiro três horas a cavalo do que uma de moto.

Afinal os dois desgraçados que se embebedaram spanharam quinze dias à ordem, o que somado com três vezes quinze dias de despesas cortadas, vem a totalizar dois meses dentro da Escola.

12-7-1974

Dois meses e tal após o 25 de Abril, os homens do Movimento das Forças Armadas vêem-se obrigados a deixar o anonimato. No jornal de ontem, a fotografia de um deles, actual ministro, acompanhado por um dos dois moços que spanhou os tais quinze dias à ordem.

Há dezito anos a música era outra. O ministro oriundo dos tais «homens sem sono» (essa faz-me lembrar uma que se passou em 1969 no aeroporto da Beira) não tinha ainda os ombros curvados, nem o actual ar cansado, meio sonâmbulo, que nos spanha desprevenidos com uma oportuna e inesperada intervenção.

Hoje vou contar bilhetes para o Capitão. Vai lá «Rock around clock» que tem sido um sucesso. Como programas de alternatva restam «Jazz» e o «O rei e eu».

Escrevo sossegadamente no café Rialto, que possui uma máquina de discos. O ambiente é um pouco melhor do que o acanhado e húmido quarto da Escola. Com uma «bica» à frente, um cigarro a arder e o fundo musical de Ana Maria Gonzalez, escrevo.

Os jornais comunicaram-nos hoje o novo governo provisório, o segundo da segunda república, assim o anunciou o Presidente.

Nesta viragem histórica há rostos que lembram ambientes. Ambientes passados que tento

vasculhar procurando dados que me auxiliem à compreensão do presente e à improvável previsão do futuro. Colégio Militar, Escola do Exército, Lamego, África, Pedrouços — locais onde viveram alguns militares hoje governantes. Todos passaram pelo Paço da Rainha.

Mitos

Monte Gordo, 19 de Julho de 1974

Estive com o Fialho e o Narciso. Fálamos. Naturalmente falámos do momento actual e do Movimento. Veio o perigo da existência de um exército dentro de outro exército. E do conhecimento de elementos da comissão coordenadora, pelo menos dos que foram para o governo. O Fialho chegou da Guiné após o 25 de Abril. Dará menos garantias que outros?

O Narciso chegou nas vésperas, também vindo da Guiné, poderia aderir a 100% desconhecendo quem estava por detrás? Alguns não aderiram por desconhecêrem, por não terem sido contactados, por terem desistido de lutar. Poderia existir o 25 de Abril sem severas medidas de sigilo? Poderão desperdiçar-se elementos válidos?

Um mundo de problemas graves e urgentes para resolver. A política destes embarcados muitos oficiais válidos. A sua juventude foi diferente.

Escola do Exército,
Novembro de 1956

Joguei futebol contra os «tanchos». Perdemos por 1-3, mas ganhámos moralmente. Não houve mortos.

Amasô não há solas, por causa da festa. Um discurso e uma guarda-de-honra.

Para um conceito actual da Pátria

«Pátria é um ideal nacional, estas palavras, lêmuro-me, iniciavam uma destruição a decorar, inamo me compreender. Mais tarde, muito mais tarde, quando a vida nos forçou e permitiu a meditação, atinhei uns pensamentos a propósito de «um conceito actual e dinâmico» da Pátria. Foi proibido. Não foi considerado oportuno».

«Sob o ponto de vista psicológico, o presente artigo é, no seu todo, extremamente negativo, em virtude das possíveis ilações a que é susceptível de conduzir a grande maioria dos leitores do «Jornal de Exércitos».

A discussão em público do conceito de Pátria que é, ainda hoje, o conceito mentalizador da juventude combatente, só poderá contribuir para a confusão espiritual em que aquela mesma juventude se debate.»

Nestes termos o artigo não é de publicar, o que lamentamos sinceramente.

Os nossos melhores cumprimentos.

Lisboa, 9 de Dezembro de 1970.

O Subdirector

Para um conceito actual da Pátria.

«Porque emprega frases feitas? Não sabes que as palavras se gastam como o aço mais forte e perdem o valor quando se lhes não dá uma afiadela recente?» (1).

Nestes termos se dirigia o tenente Baourdján Momych-Oull, comandante de um dos batalhões da divisão Panfilov na batalha de Moscovo em 1941, ao «politrouk» Dordia, quando este procurava moralizar os soldados antes do combate.

Em todos os exércitos que

se batem verifica-se a necessidade da existência de determinados indivíduos que, embora oficiais, sejam aceites pelos soldados de uma forma diferente. Apesar de não serem combatentes propriamente ditos, isto é, não usarem armas, são imprescindíveis pois actuam sobre a mota real dos combatentes, a parte psicológica. E, cada vez mais, as guerras assentam nesta força, a Acção Psicológica!

Capelães, «judios», comissários políticos, como quer que sejam chamados, eles consubstanciam a própria razão de combater do soldado: pátria, tribo, partido, etc. Eles são o pai, os irmãos, os companheiros.

O comandante Momych-Oull, um rude skazabá, discordeva da forma de o comissário Dordia interpelar os seus soldados, pois não lhe parecia nada adequada. A inexperience do «politrouk» obrigava-o, involuntariamente, a repetir frases feitas que nada diziam aos militares e a insistir na tecla «morrer pela Pátria».

Este livro de Alexandre Beck, «Última Defesa», verdadeira obra-prima sobre a arte de comandar, recorda-me o de um outro escritor, distanciado no tempo e no espaço mas também lranado na veracidade das descrições guerreiras: Jean Lartéguy. Um dos seus heróis deixa sair um desabafo no verificar a morte inútil de alguns dos seus homens: «morriam estupidamente pela Pátria».

Sobre este conceito de pátria e sua relação com a ideia-força razão de combater parece-me útil meditar ou pouco.

— Quando penso na Pátria — afirmava alguém — não me recordo do castelo de Guimarães nem do Presidente.

Uma pátria deverá ser constituída por terras e gentes. Então, quais terras e quais gentes o motivavam?

— Lembro-me de Angola, do Alexandre, do Baptista, do Brito...

Angola fora a terra em que se batera, os nomes citados pertenciam a camaradas de luta.

Um professor universitário afirmava que pátria é o lugar onde repousam os nossos mortos e onde os vivos querem viver.

Procurando fazer o ponto, diria que é algo pelo qual somos capazes de lutar.

Foi o que sucedeu em Angola em 1961.

Trata-se de um conceito, embora com raízes mergulhadas no passado, essencialmente virado para o futuro e vivendo o presente. Um conceito dinâmico de Pátria.

Há um determinado tipo de linguagem próprio de cada época. A fraseologia, como qualquer elemento cultural, evolui conforme a época e os seus valores fundamentais. Tal como os traços se vão vulgarizando, assim sucede com as palavras que, pelo seu uso e abuso indevido, se aduzeram, perdendo o sentido original. Assim como os ricos uniformes começaram no corpo orgulhoso de um comandante e acabaram ridiculamente por cima da tanga de um sobota, também algumas das palavras mais carregadas de determinados sentimentos, à força de serem usadas por pessoas menos dignas deitas, acabaram por perder a potência de penetração e, não raro, provocarem reacções antagonicas.

Actualmente um dos alvos mais refractários a certas expressões tipo «frases feitas» e «chavões» é a juventude.

Algumas das principais vitimas da retórica desenfadada e balofa são precisamente as palavras pertencentes à família de Pátria: patriótico, patriotismo, etc. Verificando-se até alguns derivados cheios de sentido pejorativo, tais como: «patriotismo», «patriotismo».

Parece oportuno chamar a atenção para o conceito dinâmico, actual e viril de Pátria, descrito por escritores russos da segunda grande guerra: «O soldado não vai ao combate para morrer, mas para viver!» (2).

«A necessidade cruel da guerra não está na palavra «morrer», mas na de «viver» (3).

«...Eu, que vos comando, preciso de executar os ordens das vossas mães e das vossas esposas, de todo o nosso povo e conduzi-vos ao combate, não à morte, mas à vida!» (4).

«Tudo perdido!» — pensou o tenente — «Paulo não se levantará... Se eu pudesse descobrir uma palavra que o obrigasse a levantar-se? Porque há palavras que ressuscitam os mortos...» (5).

E o tenente Novoselov conseguiu encontrar a palavra Pátria que teve a força de erguer o moribundo Paulo e arrastá-lo até à retaguarda onde entregou o pedido de munições.

Isto em 1941, para os Russos que se batiam pela «Mio-Pátria», pela «Grande-Rússia», contra os invasores alemães;

Isto em 1961, para uns quantos militares e civis que se batem por Angola, pela sua terra e suas gentes, contra o terrorismo;

Isto em 1971, porque se torna absolutamente necessário acabar com a guerra ou faz-la a sério, isto é, faz-la de toda a Nação, conscientemente.

E absolutamente imprescindível que os soldados que se batem em 1971 no Ultramar não estejam menos mentalizados do que os que lá lutaram em 1961 e foram apanhados de surpresa. E os soldados são os filhos do povo, a própria Nação. Se eles não estão conscientes é porque a sociedade também não está.

«Permita-me não recorrer a expressões como «a pátria quis», «a pátria ordenou». Sou avaro de palavras quando se trata do amor da pátria» (6), afirmava o tenente Bourdajani.

Parece que actualmente numa época em que é tudo transitório, tudo ponto de passagem — aliás como em qualquer outra — em que tudo é posto em causa e contestado, não é a Pátria que está em crise, mas sim a sua imagem que não pode mais ser a de antigamente.

A rapariga de hoje já não aprende, normalmente, a tocar piano e a fazer rendas para o enxoval. Emprega o tempo noutros interesses. Quando casa compra feito, e a viola tem mais acção que o piano.

Também o conceito estático de pátria tem de ser dinamizado. A velha história de que ela é o sino da aldeia, do sr. cura, etc., etc., não interessa à grande massa operária ou candidata a emigrante que é o núcleo do exército, e muito menos aos universitários que o enquadram. O próprio lema que os cadetes da Academia Militar recebem gravado nos sabres parece imbuído de negativismo:

«Dulce et decorum pro Patria mori»

Morrer, não!

VIVER!

«Não tenha pressa em morrer. Aprenda primeiro a fazer a guerra...», assim corrigia o general Fanfilov o seu dedicado mas inexperiente tenente Momych-Oull (7).

Nós, os que estávamos em Angola em 1961, não pegámos em armas porque é «doce e honroso morrer pela pátria». Nem sequer pensávamos nisso. Aliás não havia tempo para pensar, apenas para actuar, isto é fugir ou combater.

Mas, embora não o pensássemos nem o proclamássemos, fizemo-lo. Combatemos pela Pátria, se pátria é o pai do mestico Baptista que foi crucificado em Santa Cruz entre dois capetões brancos da fazenda; a mãe e a irmã do Brito, cortadas aos pedregos depois de violadas, em Nambuanguo, à quem era preciso dar

sepultura; a família e as terras do Alexandre que não queríamos entregues à mesma sorte; e as de tantos outros...

Isto foi o que a juventude portuguesa fez em 1961.

Em nada nos ajuda, porém, a voluntária ou involuntária avalanche de palavras e palavras bonitas, frases feitas, proclamadas em vozes autoconsoantes, em discursos rentilhados, por pessoas da retaguarda, algumas sem bem intencionadas, outras, todavia, com «chibados de vidro».

O combatente só pode reagir a esse tipo de discursos com a sua habitual irreverência: «Não é com discursos que as Armas são tiradas, mandem-nos mais comos e granadas e menos papel!» ou simplesmente: «vai para o mato, malandro!» Toda a fraseologia do tipo «a guerra que nos foi imposta», «morrer pela pátria que a pátria vos contempna», não tem actualmente qualquer reacção positiva no espírito da grande maioria da juventude.

Há que rever todo um conceito de pátria e sua relação com a ideia-força, razão de ser do combatente, melhor dizendo: a sua imagem e formulário.

Actua de tudo, lembrem-nos, o que conta fundamentalmente são a simplicidade e o exemplo.

Este mesmo conceito de vida em oposição à morte em temas líricos está igualmente patente em um escritor russo.

«A Última Defesa» foi um livro ignorado do grande público e de muitos oficiais das Forças Armadas, devido à acção repressiva da Censura.

(1) «A Última Defesa» de Alexandre Beck, edição AOV, Porto, 1949, pág. 35.
 (2) Ob. cit., pág. 33.
 (3) Ob. cit., pág. 32.
 (4) Ob. cit., pág. 32.
 (5) «Pátria» de A. Garbova, condensado no «Diário de Lisboa», de 4-12-1960.
 (6) «A Última Defesa», ob. cit., pág. 100.
 (7) Ob. cit., pág. 111.



Personalidades

Escola do Exército, Janeiro de 1977

Sinto-me caçado. As 7 e meia da manhã, o TT apresentou-nos o cartão de boas-vindas.

O capitão Tiago Silveira era um mestre rápido, muito senhor do seu nariz e aspecto físico. Daí a malta o conhecer por TT, isto é: Tiago Teófilas. «Homem, se você quiser ser um homem belo como eu, tem de fazer muita ginástica». Esta e outras histórias circulavam a respeito deste oficial, muito temido mas pouco amado. Como sargento do Louro, O Louro era estudante de Engenharia. Se fosse de outra Arma já seria oficial. Ao mata-bicho começou o ovo dele e o do camarada do lado. Chega o suplício das voltas à pista, e o Louro começa a sentir-se mal disposto.

— Meu capitão, estou agoniado. Posso sair da formatura? — Homem, vá correndo e vá vomitando!

Asulas com a Engenharia e era vulgar haver problemas. Os engenheiros não morriam de amores pela preparação física, pelo menos no estilo intenso que lhe imprimia o TT.

Outra passou-se com o curso do Amadri. Daquela que tornou possível a execução do golpe militar de 25 de Abril. Quando se fez a História do MFA, se verá até que ponto foi essencial a ajuda técnica do Amadri ao major-brigadeiro, e, portanto, ao MFA, a nós todos afinal.

O TT acutilava, como de costume, o curso de Engenharia. — Parecem umas grávidas a correrem para o eléctrico!

Alguém não gostou da comparação e manifestou-o.

O TT envermelheceu. Quem era aquele cadete que ousava contestar a sua onnipotência? — Homem, você parece que é parvo!

— Posso ser, meu capitão, mas não gosto que me chamem. E aquele camarada foi castigado. Que terá feito nestes anos o TT por todos nós? O Amadri fez muito, pelo menos em 25 de Abril facilitou todas as comunicações ao cérebro condutor do golpe.

O primeiro órgão de informação a falar em Amadri e no major-brigadeiro foi uma revista espanhola.

Não era só com a Engenharia que havia conflitos. Também com a Aeronáutica. Até com o Ricardo. O sargento Ricardo. Hoje estaria provavelmente na Coordenadora do MFA, eleito pelos seus camaradas entre os quais gozava de grande amizade e prestígio. Ou talvez não estivesse...

O Ricardo subiu a corda, até aos 10 metros, para as provas mensais. Quando atingiu o cimo:

— Homem, desça. Não conta. Não é assim que eu quero.

Quando o Ricardo chegou ao chão do ginásio:

— Homem, suba outra vez.

O Ricardo era um jovem militar disciplinado, mas de personalidade viscosa e de forte espírito de justiça. Recusou-se a subir novamente, a satisfazer o capricho do TT.

— Homem, você está é com medo.

O Ricardo começou a aborrecer-se com o despotismo praxante do Capitão Tiago Silveira,

que a todos — ou quase todos — intimidava. Respondeu-lhe que não, não era medo, voava a muitos pés de altura e não tinha medo.

— Homem, está aqui está a ir falar lá para fora!

Depois, tivemos desportos com o «maluquinho das pistas» que, após nos ter estado com um sem número de voltas às ditas, nos pôs a jogar basquete. Ainda por cima joguei contra o Zé Caxias. Sai de lá todo arranhado.

O «maluquinho das pistas» fez figura em Angola. Era diferente do TT, embora também esfolasse a malta. Tinha popularidade muito discutida, e ocupa um lugar de relevo. Aliás, Tiago Silveira também.

O Zé Caxias era uma espécie de ceifeira que traça um ranque a direito e vai jogando nos lados o material que lhe aparece pela frente. Já sabemos que andava bem de moto, tinha força e era bom camarada e amigo. Num jogo de futebol, como os adversários se queixassem, descalçou-se. Mesmo assim lá foi o Méto para o hospital. Na Egrima era um quebra-cabeças para o mestre e para os camaradas. Sabres partidos: dois, em média, por lição. Jogar contra ele, poucos se preocupavam e que não se preocupava com a guarda, os toques não pareciam fazer-lhe máis, só atacava. E depois, o sabe naquelas mãos, melhor manúspulas, era uma espécie de montante afonoso.

A hora de almoço tive de jogar andebol. Chegámos a estar a ganhar por 3-0, mas prede-

mos. A malta de Administração vem quase toda com a boa forma física dos «Pupilos do Exército».

O Dimas ajitava-se muito bem. Continuava a treinar em Angola. Encontrava-o pelos corredores do hospital. Diálogos há dias. Preparava-se para embarcar para Moçambique. Achei-o preocupado. Preocupado também com o perigo da existência de dois exércitos, se o MFA não se alargasse imediatamente a todos os oficiais válidos.

O Zé Maria preferia o vôlei. Bom camarada. Em Angola alinhava com os subalternos nas tricas com o comandante. Companheiro de caçadas do Joaquim de Almeida, agora a caçada ia sendo o Zé Maria. Passou a noite no telhado e de manhã teve de fingir de pai de um garoto que ia para a escola, para iludir os «pidres». Andou fugido de casa, para a DGS não lhe deitar a mão. O Zé Maria entrou na liça, encabeçando um dos principais órgãos de informação. Teve problemas. Resolveu-os. Os trabalhadores reclamaram o seu regresso. Mas a família do Zé Maria continua a tê-lo ausente. O MFA destacou-o de urgência para o Ultramar. E o Zé Maria não tem tempo de mandar consentir o vido do «muni». E que ele não reclama 35 horas de trabalho semanal, como certos trabalhadores segundo «A Capital» de ontem; ou como os CTT, o que até provocou uma crítica do secretário-geral do PCP. E o Zé Maria nunca recebeu horas extraordinárias pelos serões que tem feito.

Testemunho de Zé Maria Sobre o Movimento

LV, 11-12-1974

Vimos há dias o Zé Maria envolvido directamente no processo de descolonização. O nome dele andou pelos jornais e foi entrevistado pela RTP. Pareceu-me o mesmo. Foi o primeiro elemento do MFA a esclarecer-me, a dispor de tempo para informar um camarada. Falou das invejas que ameaçavam desunidos, dos ciúmes dos que não apareciam na televisão; do papel que circulei pelas unidades e que teve bastante aceitação em algumas delas mas foi contestado pela Comissão Coordenadora; na simpatia do Marques pelo Sívio. Simpatia que aquele não esconde, ao colaborar no isolamento de Sívio, naquela velha técnica que sempre tem envolvido os homens importantes, segregando-os do contacto com os outros. Muitos colaboradores destes homens acabam praticamente de decidir por eles, ficando do chefe apenas o mito.

O Zé Maria dialogou com um velho camarada. Dialogou, esclareceu e desabafou:

Nas reuniões clandestinas, antes do 25 de Abril, apareciam apenas cerca de 30 oficiais do seu corpo. Na do saneamento, porém, vieram em peso: 145. Só faltaram 3. O não discutido saneamento! Afinal não se levantam processos disciplinares nem de averiguações. Assim, há o risco dos culpados se tornarem vítimas, por não lhes ser reconhecido o direito de legítima defesa. Direito internacionalmente reconhecido. Um buraco do MFA.

O EME tem contrariado o MFA. São os mesmos. Foi o caso, por exemplo, de não per-

mitir o esclarecimento das unidades. Esta opinião foi partilhada por outros elementos do Movimento. Tudo esbarrava naquela entidade que, segundo alguns, foi uma SS dentro do Exército — salvo as honrosas excepções para confirmar a regra e com as devidas distâncias à idiosincrasia germânica. Até 28 de Setembro foi uma luta constante contra aquele Corpo — quase único no mundo, e responsável em grande parte pelo estado de alienação a que chegou o nosso Exército.

Para o Zé Maria, o Movimento é um estado de espírito, conceito partilhado por alguns elementos esclarecidos do MFA, mas contrariado por outros, mais ciosos dos louros ganhos pelo risco e relutantes à abertura.

Quando o Zé Maria recorda a população a dar de comer aos soldados, as lágrimas ainda lhe vêm aos olhos. Ele próprio teve de executar uma espécie de golpe de mão na Manutenção para obter rações de combate para os militares que participaram no 25 de Abril. A intervenção do Zé Maria recorda-me uma outra deste camarada, em Março de 1961, em Angola. A paisana, sem identificação, meteu-se a caminho numa camioneta de laranja, para nos trazer armas de Silva Porto para Luanda. Acabou por ser detido como suspeito de ser um oficial russo!

— Se o MFA é um estado de espírito, porque não aproveitamos todos os elementos válidos? Porque não estendemos o movimento a outros?

— Por vezes confunde-se o MFA com a sua superestrutura. O Antero, o Palma Sintra,

o Valdemar Lima e o Venâncio Silva são os únicos da Coordenadora do MFA em lugar de relevo. Alguns dos outros nem pertenciam ao Movimento. Além disso, não existia ninguém no activo que desconhecisse o Movimento. Mas havia quem não se interessasse e quem o perseguisse.

Tinha-se combinado não fazer publicidade nos jornais. O Sá Mota e o Antero furaram.

Ambos assinaram a carta enviada da Quilã às sítas entidades, por 55 capitães.

Vêm-me ao pensamento as declarações do capitão Sá Mota na Rádio, em 10-12-74. «Não temos chefes. Todas as decisões são tomadas em comunidade. Há indivíduos que ocupam certas posições mais em evidência, mas limitam-se a cumprir uma missão como delegados de todos nós. Não pretendemos o exercício do poder que corrompe e aburguesa, mas apenas criar as bases da democracia. Fizemos isto porque sentimos a aprovação do povo.»

— Então, porque não esclarecem as pessoas?

— Existem vários travões: a nível de EME, gerais e outros. O Sívio anda preocupado com os plenários e faz chateagem com a sua demissão. O Faís Mendes está identificado com ele. O Gomes da Cruz é o que está mais dentro do espírito do MFA. Sim, porque o MFA é um estado de espírito. «Eu sou programa» — acrescenta Zé Maria, meio sorrindo, meio enfático. — O nosso brigadeiro é o Antero, apesar de ter feito aquelas declarações a um jornal furando o combinado. O MFA resultou de um

processo democrático! Foi um trabalho de vinte e tal indivíduos, que, quando sentiam necessidade, recorriram às bases, como foram os plênários das Caldas e de Cascais. O jogo é contrariar o processo democrático, arranjando mitos e carismas, procurando a divisão. O Vieira Galo'nãofoi o cérebro do Movimento, como afirmou o Sílvio. Nem do programa. O seu relator foi o Moura Andrade.

Continuam a existir segregações, mas não há razão para afastamentos. Contesta-se mas continua-se.

— Quem é que na cúpula está mais próximo do espírito do Programa do MFA?

— Antero, Gomes da Cruz Vieira Galo. Ainda quanto à aceitação desse papel que andou por aí a circular, o Algarve não chegou a actuar. Foi diferente do Porto. O Gomes da Cruz tinha assinado de cruz, já mandou retirar o papel.

Isso da malta ser comunista é boato.

— Então, porque é que não há esclarecimento?

— As equipas de esclarecimento para entrarem em acção têm de entrar em conflito com o Estado Maior do Exército. O PC não tem penetração nas massas rurais, excepto no Alentejo. Não tem possibilidades de triunfar em eleições livres. Perseguir as esquerdas é errado, pode dividir as Forças Armadas. O problema não está no comunismo, mas sim no medo irracional ao comunismo. Fazem dele um «adamasora» por ignorância ou má intenção. Também não se percebe porque convidou o Sílvio os comunistas para o Governo e agora lhes faz guerra.

Outro erro é pensar-se que o MFA é um órgão administrativo. O Movimento não pode resolver tudo e as pessoas continuam alienadas.

O Zé Maria falou ainda na necessidade histórica dos generais, a propósito da Junta. «Se for necessário corre-se com eles». Cerca de um mês depois a profecia deste camarada realizava-se, tendo sido demitidos três generais da Junta. Nas referidas declarações do capitão Sá Mota, foi esclarecido que o Movimento apenas escolheira Sílvio e Gomes da Cruz.

— O Gomes da Cruz está a ser espicado pela malta para sair da sombra e visitar as unidades.

A nova geração de oficiais estava mais politizada e menos caserna. Mas o MFA também incluía sargentos e praças.

O delegado de uma unidade alertou quanto à reacção do quadro de complemento em relação às medalhas do 10 de Junho.

Lúlio Pedro: — Não se fazem entregas de medalhas agora.

Dois oficiais focam a distribuição de penfetes nas unidades e tentativa de levantamento de rancho.

Eurico: — Para poder encerrar unidades tem que diminuir a instrução. Não há oficiais a menos. Estão em Lisboa. No Estado-Maior não há cadeiras para todos.

Venâncio Silva: — Em resumo: boataria, problemas de alimentação e indisciplina nas controláveis.

Helder: — Indiquem-nos as necessidades em instalações e efectivos.

Moura Andrade (na mesa): — O 25 de Abril foi um traumatismo nacional. Não procuremos eódos existêncios. Antes de 25 de Abril era o comunismo, agora o MRPP. Os militares devem preparar-se política e ideologicamente para participar no debate das eleições. Os quadros mais jovens têm sabido fazer análise crítica. Tenho uma visão optimista, em especial quanto aos quadros mais jovens. Está em marcha um programa de esclarecimento nas unidades.

A Comissão Coordenadora do Programa corresponde à 3.ª Repartição. Substitui as repartições de Acção Psicológica. As equipas de mentalização percorrem as unidades para auxiliar os comandos e os oficiais. Serão equipas mistas do QP e QC e dos 3 ramos das Forças Armadas. A iniciativa vem de ser dos oficiais das unidades.

As Forças Armadas não são historicamente políticas. Os militares não podem fazer política partidária, seja qual for a graduação. Faço aqui um apelo à união e coesão. Todo este processo é cheio de contradições. Fizemos a revolução possível. A excessiva impaciência crítica transbordando para fora do órgão do MFA pode originar desastre. Agora a nossa missão é construir um país novo, do qual somos a guarda-avanzada.

Obrigaremos o governo provisório e os órgãos de soberania a cumprir o nosso programa.

Um oficial: — Colaborei no 25 de Abril; também sou povo; também queremos liberdade. É utópico podermos participar nos comícios, mas não podemos intervir. Na província todos nos conhecem e olham para nós. Ou vamos e tomamos parte activa ou não vamos.

Aplausos.

Um oficial: — Acho que é altura de passarmos ao póto 3. A imprensa e a TV não estão a servir as Forças Armadas.

Outro oficial: — A participação do militar na política mostrou-se nesta assembleia. Como resolver a dualidade QP/

QC no aspecto político? O quadro de complemento já vem politizado. Dois anos de silêncio?

Lúlio Pedro: — As reuniões das unidades são de esclarecimento. Podem e devem ser esclarecidos os princípios dos diversos partidos políticos, mas não se faz propaganda dos partidos políticos nas unidades.

Um oficial: — As circulares contêm contradições que não podemos aceitar. Há que reformular o Regulamento de Disciplina Militar. Peço que a Comissão Coordenadora repense o assunto. Até a Nação se ri. Afinal o Programa é das Forças Armadas ou de quem é? Palmas e apoios.

Veira Galo: — O Programa é uma plataforma de acordo. A liberdade não é um conceito abstracto. Inserir-se no contexto histórico. O homem não se pode partir. É o preço da servidão militar, dos homens que usam canhões.

Palmas.

Eurico: — Impusemo-nos uma missão. A melhor solução é afastarmo-nos de sectarismos. Em todo o mundo os militares têm um estatuto particular.

Um oficial: — É em nome da democratização que estamos aqui. Onde começa e acaba a democratização nas Forças Armadas?

Duarte Alçada: — O movimento está a morrer! Agonia inicialmente lenta e acelerada rapidamente.

A constituição de 33 está era bonita.

Assistimos à tomada do poder por delegados comprometidos.

Há falta de informação nas unidades da província; falta de oficiais do MFA nas unidades. Tenho dúvidas quanto à eficácia de relatórios. Há a perda de unidades fortes. Não se utiliza o nosso sistema de informações. Porque se interrompeu o saneamento?

Este oficial referiu-se também a elementos moderados ou realistas e à necessidade de manter coeso o grupo dos de 25.

— Seríamos bem poucos os orfãos da derrota!

Proseguindo na sua intervenção, Duarte Alçada, apontou a luta da direita através da economia e jogo de influências; o controlo do apoio da gerontocracia; suborno; o facto de ter trazido milicianos por confiar neles; o facto de não terem sido auscultados sobre a prisão do coronel Gomes, a carta e a ida para o Brasil; a superabundância de problemas para a Comissão e o seu canção; o oportunismo de certos oficiais.

— A LP é o único sítio de informação, e onde só há oficiais do MFA. Avisámos da peritida para o Brasil e da prisão do coronel.

O pior cego é o que não quer ver.

Pretendem tirar-nos o controlo das informações.

A burocracia hierárquica provoca a fuga de responsáveis.

Falou-se em matéria confidencial e secreta; na necessidade de organizar as informações e nas fronteiras abertas; na CIA, no 2.º Bureau e na Securidade.

Veira Galo: — Considero gravíssimo tratar estes assuntos aqui.

Algum: — A Comissão Coordenadora deve actuar imediatamente.

Veira Galo: — Vamos mudar de ponto da agenda.

Algum: — Há necessidade de expandir o espírito do MFA.

Um oficial: — Peço que definam com clareza que as pessoas que se intitulam representantes sejam representantes...

Veira Galo: — Não concordo.

Marques interveio para focar a necessidade de ponderar e de esclarecer. Recebeu palmas.

Helder: — Esta assembleia pode não ser segura.

Veira Galo: — Peço desculpa.

Oficial: — Pelo menos tenho o direito de pedir um esclarecimento.

Veira Galo: — Admito que cometi um erro em não ter cortado a palavra ao 1.º elemento. Não deve ser assunto discutido nesta assembleia.

Algum: — O RI 15 que esclareça o ir de Março.

Referência às brechas das portas camaradas.

— O Regimento estava pronto para receber ordens. As 21 e 30 um telefonema com indicação de preparar a saída. Começou-se mas aguardou-se a chegada de um elemento a confirmar. Chegou o elemento e procedeu-se como em 25. Ainda tentámos chamadas. Depois o Carolino e o Marques informaram-nos que estávamos sós. Voltámos para trás. Fomos cercados por camaradas.

Um oficial: — Em Lisboa interpretou-se que o Porto saiu.

Eurico: — As 10, o Centro de Operações Especiais comunicou que estava pronto e iam tomar uma atitude. As 11 mantinham a atitude e já tinham informado o comandante que estavam decididos. As 14, oficiais do MFA do CICA secundam Lamego. O Porto decidiu que todos os oficiais se apresentavam aos comandantes e não aceitavam as demissões de Silveira e Gomes da Cruz.

Aguardam-se notícias de Lamego. Todos os oficiais do MFA estavam decididos a entrar de prevenção e aguardar ordens do general Silveira.

Comunicam que estão sobre rodas. Isto é mal interpretado em Lisboa, pensa-se que já se está em movimento. Entretanto Porto e Lamego continuam em expectativa.

Marques interveio para assumir parte da responsabilidade do 16 de Março e referir que há portmoneiros que ainda não são oportunos.

Há ainda uma intervenção sobre a história do MFA.

18 de Setembro de 1974, Oliveira:

«—O 25 de Abril só tinha interesse para obter a democracia. O que nem sempre está a suceder.

O Estado deve ter elementos à disposição, sem prender os órgãos de informação. Os jornais estão em plena anarquia. A censura é pior que a anterior, é a censura interna. Tenho esperança de que com a nova lei de imprensa as coisas se possam normalizar. Temos pouquíssimos jornalistas que o são de facto. Antes havia um critério, agora não há critério.

Tenho de estar de malas aviadas.

Também comungo do receio do comunismo.

Há duas opções: revolução permanente ou fazer cumprir as leis.

Diz lá em Espanha que têm de começar a liberalizar. E garante que não somos comunistas.

«Diário de Notícias, 3-2-1975:

«Depois do congresso da Figueira da Foz

...Depois de afirmar que a Democracia Cristã combate qualquer forma de ditadura e que é um partido antitotalitário, o secretário-geral do PDC declarou:

«O importante é tornar conhecidas as propostas que podem resolver os problemas sociais e económicos do nosso país».

Junho de 1974, reunião de militares:

«Vieira Góis (na mesa) — Chamo a atenção para a gravidade e responsabilidade de tudo o que dissermos.

Valdemar Lima: — Eis a agenda: 1. Informação da situação nas unidades; 2. Papel das Forças Armadas; 3. Futuro do MFA; 4. Graduações ou promoções; 5. Esclarecimento sobre o 16 de Março.

Delegado de uma região militar: — Chamo a atenção para vários problemas e para a necessidade de substituição do Estado-Maior do Exército e dos comandos de duas unidades da região.

Delegado de outra região militar: — Houve tentativas de instalação de órgãos estranhos em certas unidades. É necessário definir o futuro da Academia Militar.

Delegado de uma unidade: — O MRPP tentou interferir num batalhão de aporianos. Houve uma tentativa de levantamento de rancho. Apareceram panfletos. Os oficiais sentem falta de informação.

Vieira Góis convocou Hélder para a mesa.

Um elemento de uma direcção de Serviço informou que milicianos e civis estavam perplexos.

Mais intervenções sobre problemas de rancho.

Um delegado de uma unidade insistiu no rancho e mencionou o MRPP.

Falou-se em unidade; vedetismo; uniformidade de doutrina em todas as unidades sobre a liberdade de expressão.

Uma voz: — Em conclusão: o rancho está mal e precisa de ser melhorado.

A mesa tomou conhecimento de que a situação em algumas unidades não era boa.

Venâncio Silva (na mesa): — Mas aqui só se indicam 3 ou 4 casos. Os canais de comando continuam como antigamente. Há francamente mais alguma coisa?

Delegado de uma unidade: — As instalações e o enquadramento são deficientes.

Delegado de outra unidade: — Fomos ultrapassados!

Chamou também a atenção para as diferenças de vencimentos entre os soldados e os outros elementos milicianos.

Delegado de uma região militar: — O Estado-Maior deforma a informação. Há soldados que distribuem panfletos.

Lélio Pedro (na mesa): — O caso do Estado-Maior está resolvido a partir de hoje.

Delegados de 3 unidades chamaram a atenção para problemas de instalações e enquadramento, o que poderia vir a facilitar casos de indisciplina. Um deles acrescentou que a instrução de um batalhão mobilizado se continuava a processar como antigamente.

Alberto Belmiro: — O fundamental não é o quartel-general mas regimentos autênticos, embora em menor quantidade.

Lélio Pedro: — A reorganização está em curso.

BALSEMÃO, Francisco
 CARVALHO, Augusto de
 SOUSA, Marcelo Rebelo de

O EXPRESSO e o relatório preliminar do “11 de Março”

QUARTA-FEIRA de manhã, realizou-se, numa das salas do Hotel Altis, uma conferência de imprensa convocada pelo EXPRESSO, na sequência da publicação em todos os meios de comunicação do relatório elaborado pelo MFA sobre os acontecimentos de 11 de Março, o qual inclui referências ao nosso jornal e reproduz artigos em anexo, passíveis de interpretações visando a ligação do EXPRESSO à intentona contra-revolucionária.

O convite foi dirigido a todos os jornais, portugueses e estrangeiros, tendo comparecido numerosos representantes daqueles órgãos. Na mesa, sentavam-se o director e subdirectores do EXPRESSO, respectivamente Francisco Balsemão, Augusto de Carvalho e Marcelo Rebelo de Sousa, redactores e ainda elementos de outros departamentos do jornal.

O direito que os portugueses têm de ser informados

F. FALSEMÃO — Primeiro que tudo, queria apresentar as pessoas que estão nesta mesa. São pessoas da Redacção e da Administração do EXPRESSO e representantes dos outros departamentos do jornal. Embora, provavelmente, nem todos vamos falar, quisemos vir em número suficientemente representativo para mostrar que quem trabalha no EXPRESSO, está de acordo com a ideia desta conferência de imprensa e está de acordo em representar o jornal, nesta hora que nós consideramos bastante crítica para o EXPRESSO.

No relatório sobre a intenção do 11 de Março, ontem divulgado, surgem determinadas referências ao EXPRESSO que poderão ser mal interpretadas por quem o queira fazer. Na verdade, além de uma menção, no capítulo intitulado "Preparação do episódio publico", a entrevista de António de Spínola ao ENPRESSO em 4 de Janeiro de 1975, 3 dos 11 anexos ao relatório contém reproduções de provas publicadas no nosso jornal.

Coincide a divulgação do relatório do 11 de Março com a intensificação de ataques ao EXPRESSO, de várias origens, desde órgãos de partidos políticos a elementos do Conselho da Revolução.

Por tudo isto pareceu-nos indispensável pedir a comparência dos nossos camaradas da Imprensa portuguesa e estrangeira, para, com o seu auxílio, desmistificarmos a campanha em curso contra o nosso jornal.

No que toca ao relatório sobre o 11 de Março e às ambiguidades relativamente ao EXPRESSO que alguns mal intencionados nele possam detectar, queremos deixar claro os seguintes pontos:

1. A entrevista de Spínola foi realizada numa altura em que diversos jornais também a pretendiam e em que a Imprensa nacional e estrangeira era unânime em acentuar a importância política do antigo Presidente da República.

2. Não se pode acusar o EXPRESSO de ter dado um carácter apologetico à entrevista, não só pelo tom crítico da entrada e das perguntas, mas também porque o EXPRESSO, desde os tempos em que o ex-general ocupou a Presidência da República foi o primeiro — e talvez o único — jornal português a denunciar aquilo a que chamamos o bonapartismo spinolista.

3. No que respeita às outras provas reproduzidas nos anexos, a nossa posição é e tem sido sempre muito clara. Entendemos que o jornalismo não se faz com tesoura e cola, nem com reproduções de comandados. Para nós, jornalismo é transmitir aos leitores o que de verdadeiramente importante se passa em Portugal e no mundo, explicar-lhes o significado dos acontecimentos, permitir-lhes que sobre eles façam as suas opções. Assim o tentámos fazer antes do 25 de Abril, assim o temos procurado fazer depois do 25 de Abril.

Claro que este tipo de jornalismo é incómodo. Daí, antes e depois do 25 de Abril, os ataques mais ou menos velados, mais ou menos subtrecpicos, mas sempre com a mesma linguagem, ao EXPRESSO e aos que nele trabalham.

Daí também a necessidade desta conferência de Imprensa, não apenas para esclarecermos a nossa posição (o que nada tem a ver com justificações apressadas nem com autocriticas encomendadas) mas também porque o problema parece transcender o caso do EXPRESSO e inserir-se num plano mais vasto que tem a ver com a liberdade de expressão do pensamento pela Imprensa e com o direito de todos os portugueses a serem informados.

Possibilidade de informação política em Portugal

AUGUSTO DE CARVALHO — Como é já do conhecimento público e aqui acaba de ser sublinhado, o «EXPRESSO» é envolvido no 11 de Março pela Comissão de Inquérito. Certa imprensa começa já a fazer as suas campanhas, como se pode ver pela titulação do «Século» desta manhã a provocar associação de ideias. Diz em subtítulo: «A ENTREVISTA DE SPINOLA AO EXPRESSO INCLUI DA ENTRE AS MANOBRAS REACCIÓNARIAS COM VISTA AO DERRUBE DA DEMOCRACIA». E em título a coisa alta: «CAMPANHA ANTICOMUNISTA NA BASE DO CLIMA PROPÍCIO AO GOLPE DE 11 DE MARÇO».

Certamente pretende-se fazer enfileirar o EXPRESSO no rol dos jornais anticomunistas. Ora nós não somos um jornal antinada. Não somos um jornal anticomunista, somos um jornal não alinhado partidariamente, embora haja aqui pessoas que pertencem a partidos políticos, que não é o meu caso e de outros que nem sequer aderimos a um partido. A realização desta conferência de Imprensa, para além da menção que nos é feita no relatório preliminar do 11 de Março, ela prende-se com a possibilidade de informar em Portugal. E não apenas com a liberdade de informação.

O relatório foi publicado e a nós dói-nos muito que tenha havido uma Comissão de Inquérito que o elaborou, sem sequer nos ter ouvido. E dói-nos muito mais ainda que essa Comissão de Inquérito, tenha falado na entrevista que o general Spínola concedeu ao EXPRESSO, mas tenha ocultado que, nesse mesmo número do EXPRESSO, que eu tenho aqui, venha publicada uma entrevista com o Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, onde esse oficial crítico o ex-general Spínola, e nós até as tenhamos anunciado na tarja, lido a lido.

Nós — o EXPRESSO — entendemos a informação como uma informação situada. Para nós a verdade obtém-se num contexto. Quem quiser pode manobrar demagogicamente, tirando aquilo que nós publicamos do contexto. É triste, para nós, que a Comissão de Inquérito não nos tenha ouvido e que fale do general Spínola e não fale do brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho. Mais, é muito triste para nós que os militares saibam perfeitamente o papel que o EXPRESSO tem desempenhado, concretamente no capítulo da descolonização. Fomos nós os primeiros a desvendá-lo (não com adjectivos, nós não somos um jornal adjectivo, somos um jornal substantivo), as manobras do general Spínola, noticiando desde o encon-

tro nos Açores até ao encontro do Sal com Mbutu. Fomos nós os primeiros a dizer, quando havia

campanhas do general Mbutu controlado com o general Spínola para retirar o almirante Rosa Coutinho de Angola, e mesmo depois da saída do ex-general Spínola essas manobras continuaram e havia pressões constantes sobre o Governo português da parte de Mbutu e Holden Roberto para retirarem o almirante Rosa Coutinho, porque diziam que era o aliado do MPLA), fomos nós nessa altura — e só nós — na imprensa portuguesa, com substantivos, digo, não com adjectivos, que dissemos que havia pressões para retirarem o almirante Rosa Coutinho. Esta parte já depois da saída do ex-general Spínola. Os militares mas directamente empenhados no caso sabem-se bem.

Há dias houve uma mesa-redonda na Televisão em que participaram o Almirante Rosa Coutinho, o ministro Melo Antunes e o general Fábio. Ali foi sublinhado que o processo de democratização portuguesa andava indissolúvelmente ligado ao processo de descolonização. Ora, eu posso dizer aqui, por exemplo, que no capítulo da descolonização, os movimentos de libertação mais progressivos têm reconhecido no EXPRESSO um papel de valor muitíssimo grande. Eu tive o prazer na Cinesa do Algarve, quando estavam todos os jornalistas presentes, portugueses de todos os jornais, ouvir dizer a alguém do MPLA, que por acaso até está em Lisboa, (em conferência de Imprensa) Paulo Jorge do MPLA, que o EXPRESSO era o jornal que mais esforços fazia para fazer uma informação correcta no capítulo da descolonização. O presidente Agostinho Neto em entrevista que nos concedeu, aqui em Lisboa, afirmou estar muito satisfeito em falar para o nosso jornal por ser o primeiro que o procurou para dar uma informação correcta sobre o MPLA.

Apesar de tudo isto e ainda muito recentemente, foi escrito, depois dos ataques dum jornal partidário português, ataques devidos à independência do EXPRESSO, que não é controlado por nenhum partido — o que dói a muita gente — e logo a seguir aos ataques dum membro do Conselho da Revolução publicados num jornal e depois numa agência noticiosa que o EXPRESSO havia sido proibido de circular em Angola, através de uma nota do Alto Comissário. O que é curioso é que essa proibição foi comunicada a todos os jornais e nela se afirmava que o EXPRESSO difamara ou maltratara a personalidade do Alto Co-

missão e escrever coisas menos correctas quanto ao processo de descolonização em curso, o que francamente nos admirou, pois no número visado não se atacava nem se falava no Alto Comissário. Contactámos imediatamente o Alto Comissário de Angola, através do nosso correspondente, a quem foi dito que seria feita uma nota de desculpas imediatas. O Alto Comissário informou então não ter sequer lido o nosso jornal e ter agido por informações recebidas de Lisboa. Efectivamente a nota de desculpas, que publicámos, deixava transparecer as manobras anti-EX-PRESSO desenvolvidas em Lisboa. Cumpre-nos registar, como então registámos a atitude digna do Alto Comissário na retratação que nos enviou. No mesmo dia, uma emissora de radiodifusão portuguesa afirmava que o EXPRESSO tinha sido proibido em Moçambique por decisão da FRELIMO, com quem

nós temos excelentes relações. No contacto que estabelecemos com o nosso correspondente em Moçambique, foi-nos manifestada estranheza ante tal notícia, desconhecido em Lourenço Marques, o qual acabava justamente de ser recebido pelo ministro da comunicação moçambicano que lhe referia ser o EXPRESSO um órgão de informação a ter presente ali (indispensável). Contudo foram feitas diligências posteriores para esclarecer o assunto e, como já se esperava, a suposta proibição do jornal era totalmente falsa.

A propósito deste assunto, peço licença para solicitar a uma pessoa aqui presente, que foi jornalista permanente da África-Ásia e bem conhece o contencioso da descolonização e é actual delegado da FRELIMO, que nos dê a sua opinião sobre o papel do EXPRESSO neste particular. É Aquino de Bragança.

O jornal que revelou o papel ambíguo de Spínola

AQUINO DE BRAGANÇA — Agradeço a Francisco Balsemão e Augusto de Carvalho o terem pedido a minha contribuição para esclarecer o que pode chamar-se «l'affaire EXPRESSO». Não tenho nenhuma intenção de fazer a apreciação política do jornal que possa conduzir a uma intervenção em questões que só dizem respeito a Portugal, porque não conheço profundamente a actual vida política portuguesa e porque me encontro numa situação delicada decorrente das responsabilidades que assumi como enviado da FRELIMO. Mas, na minha opinião, acho importante dizer o seguinte: o EXPRESSO foi talvez o único jornal europeu que contribuiu dum modo constante e precisa para esclarecer objectivamente o público português, o público africano e o europeu sobre o contencioso colonial africano de Portugal. O jornal revelou o papel ambíguo, para não dizer contrarrevolucionário de General Spínola e dos spínolistas e contribuiu, assim fazendo, para acelerar o

processo de descolonização e, conseqüentemente, a consolidação do regime popular em Portugal. Insisto, neste ponto, porque penso que a solução do problema colonial se baseou numa permanente construção com o General Spínola, numa luta permanente entre o MFA e o ex-general que representava uma força contra-revolucionária desde o 25 de Abril, a qual tinha pretensões de entrar no processo democrático, como o almirante Rona Coutinho assinala, há dois dias, na televisão portuguesa.

Penso também, como curioso e estudioso da situação, que se Spínola não foi o cérebro, foi certamente instrumento dum projecto à testa do qual se encontrava a alta finança portuguesa e a ocidental. A minha opinião, como jornalista, e repito, é que a leitura do EXPRESSO era para nós uma leitura obrigatória. Muitos colegas meus, em Lourenço Marques, de diferentes formações, liam religiosamente (não sendo religiosos) o EXPRESSO.



Durante a Conferência o director do «EXPRESSION», ao centro, ladeado pelos dois sub-directores do corpo redactorial e de outras secções do jornal

AUGUSTO DE CARVALHO
- Vou terminar, rapidamente, chamando a atenção para uma outra acusação que nos tem sido feita e que é a de promover o divórcio no seio das Forças Armadas.

Pergunto: se o MFA e é nós não dividíamos, o motor e centro da vida política, se um jornal político não se ocupar das Forças Armadas, de que é que se ocupará? Falará de flores? No antigo regime estávamos habituados a isso, muitas vezes tivemos que publicar flores e árvores, porque nos cortavam as notícias. Agora acusam-nos de divisionistas quando o que tentamos fazer é radiografar o MFA, mostra-lo ao povo, porque o nosso jornalismo não é um tipo de jornalismo independente burguês, antes se encontra empenhado na verdade da situação concreta portuguesa. Recusamo-nos a ser bióccos de comunicados como, há dias, dizia Sartre referindo-se à imprensa portuguesa em geral.

Ora se o processo político português, como afirmam os seus dirigentes e nós o desejamos, deve ir para a frente numa interacção dialéctica entre o povo e as Forças Armadas, eu creio que as Forças Armadas têm que saber o que pensa o povo e este tem de saber o que são as Forças Armadas. Porque senão a expressão «vigilância popular» será pura demagogia ao serviço de interesses puramente partidários. Mais? O sirmante Rosa Coutinho, que tem dado entrevistas ao EXPRESSO, dizia, ontem, no «Diário de Lisboa» que transcreve do «Der Spiegel» que o

Movimento das Forças Armadas tem um espectro ideológico muito vasto que aponta para o socialismo, mas que não é bem claro qual o tipo de socialismo. Ao EXPRESSO afirmamos que o socialismo deve ser realizado a partir de baixo, através de experiências populares que serão depois secundadas e participadas no conjunto em influências reciprocas, até se atingir o socialismo. E refere ainda o «Diário de Lisboa», citando «Der Spiegel», que o socialismo de carácter monolítico não é adequado ao nosso povo. Refere-se ao socialismo dos países de leste, mas que será adequado um sistema parecido com os que existem na Jugoslávia, em Cuba, no Peru ou na Argélia. «E o que procuramos, mas que ao entanto ainda não nos comprometemos». Isto diz o sirmante Rosa Coutinho. Não sou eu e agradeço que nenhum dos senhores transcreva estas palavras como minhas. Não sou eu quem diz que o socialismo tipo países de leste não convém a Portugal.

Acontece também que o EXPRESSO, porque quer esclarecer, já antes desta conferência estar marcada, tinha convidado um jornalista peruano, perfeito conhecedor do processo político, para uma conferência, em Portugal, aqui neste mesmo hotel.

E para finalizar, quero apenas afirmar que nós, o EXPRESSO, continuamos resoluídos a ocupar-nos do MFA, a radiografá-lo para o público, porque, se tal não nos for possível haveremos de dizer que



o povo português não pode ficar informado. Nós lutamos pela in-

LE
GCE
NA RESACCAO
URGENTE
AMANHÃ, DIA 23, AS 10,00 HORAS NA SALA PETROPOLIS DO HOTEL
ALTIS, O EXPRESSO PROMOVE UMA CONFERENCIA DE IMPRENSA SOBRE
'O EXPRESSO E O RELATORIO DO 11 DE MARÇO'.
AGRADECEMOS A VOSSA PRESENCIA.
JORNAL EXPRESSO

AMANHÃ, DIA 23, AS 10,00 HORAS NA SALA PETROPOLIS
DO HOTEL ALTIS, O EXPRESSO PROMOVE UMA CONFERENCIA DE IMPRENSA
SOBRE 'O EXPRESSO E O RELATORIO DO 31 DE MARÇO'.
AGRADECEMOS COMUNIQUEM A TODOS OS JORNALISTAS ESTRANGEIROS
E EVENTUALMENTE NACIONAIS ACTUALMENTE A RESIDENTES.
JORNAL EXPRESSO

Uma pergunta ao «Diário de Notícias»: Porque informa assim? O «Diário de Notícias» tendo o cuidado de inserir o texto logo a seguir ao relatório que nos alveja, que os leitores podem ajuizar da falsidade da informação. Juntamente publicamos o telex bem como o telex que enviamos para os hotéis, pedindo às recepções para avisar os hóspedes. Perguntamos de novo: Qual a intenção que

Forças Armadas



Jornalistas que assistiram à Conferência de Imprensa

... informação em circunstâncias que neste caso equivale a dizer que estamos integrados no processo revolucionário presente, que não é exclusivamente partidário.

Completando conversa pessoal telefónica informa-se partidos esquerda-esquerda preparavam próxima dia operação chamada Matança da Pádua, na qual seriam eliminados milhares militares, civis e elementos policiais PT.

Movimento em curso preparar-se para sua própria programa de restituição ao povo verdade verdadeira democracia PT.

Os elementos da G. N. foram eliminados na sua quase totalidade PT.

Para além dos destinos da Pádua em jogo no momento presente e sua sobrevivência a longo prazo famílias PT.

G. C. G. pensa tomar expressão importância vital da situação neutralizando acção da extrema-esquerda e apoiando os elementos empenhados no sentido PF.

(1) P. C. P.
(2) Inexistencial (lado)
(3) L. U. A. R.
(4) Outros partidos

LOGISTICA

Ações

- Parlamento
- Armas
- Munições

O «EXPRESSO» DA CONFERÊNCIA DE IMPRENSA PARA ESTRANGEIROS

O semanário «Expresso» promove hoje, na 10ª turma, na sala Petropolis do Hotel Alfas, uma conferência de imprensa sobre o relatório do 11 de Março. A reunião destina-se essencialmente aos jornalistas estrangeiros.

10

DE OPERAÇÕES

MEIOS

a. S. A. J

(1) 6 T. 6 (com foguetes 27 m/m e munições)

(2) 7 T. 6 (com foguetes 27 m/m)

...des podem verificar pela fotocópia que reproduzimos diz aos leitores, ocorreu uma conferência de imprensa somente para jornalistas estrangeiros, no «Diário de Notícias», aliás igual ao que foi para os outros jornais estrangeiros e algum nacional que porventura ali estivesse hospedado. «Notícias» na deturpação dos factos?

Quando os factos são evidentes que dizer da construção envolvente?

MARCELO REBELO DE SOUSA — Duas palavras acerca do papel desempenhado pelo EXPRESSO na desmistificação da figura do general Spínola, com datas e elementos fácticos. A 13 de Julho em artigo intitulado «O 9 de Julho ou o senão do 26 de Abril», o EXPRESSO fazia uma análise crítica das tentativas do ex-general Spínola para assumir um poder crescente contrário à orientação do MFA e textualmente o comparava (Spínola era Presidente da República, é bom lembrá-lo) com De Gaulle e o degaullismo, fazendo o contraponto, afirmando designadamente que enquanto De Gaulle foi um resistente do nazismo, Spínola foi um general do fascismo, enquanto o primeiro fez a defesa das posições democráticas ainda que de tipo presidencialista, o segundo tem um conjunto de atitudes passadas que nem sempre foram claramente democráticas. E terminávamos essa parte do artigo respeitante ao ex-general Spínola, com uma referência à prevalência do MFA sobre a posição, ou tendência do monopólio do poder do general. No dia 24 de Agosto, no artigo «Quem exerce o poder político em Portugal?», voltámos a denunciar claramente a actuação do ex-general qualificando-a, pela primeira vez de bonapartista, ainda na vigência do seu mandato de Presidente. Ambos os artigos deram origem a uma chamada de atenção ao director do EXPRESSO com ameaça de aplicação de sanções.

Em 31 de Agosto, no artigo «A posição do General Costa Gomes», faz-se a distinção entre as posições de Spínola e Costa Gomes

e tiram-se as consequências políticas dessa distinção muito clara que é então afirmada. Acrescentam-se que estes artigos foram anteriores ao 28 de Setembro.

No balanço político do fim do ano de 74 é feita uma frontal análise crítica da actuação do ex-general Spínola. E no dia 4 de Janeiro, o ex-general concede a entrevista que vários jornais portugueses e estrangeiros tinham pedido, entrevista que foi não só integrada com várias perguntas críticas à posição do general, mas também encimada por uma nota introdutória em que o entrevistador tornava bem claro que não retirava uma vírgula àquilo que tinha escrito, a começar no número anterior no já referido balanço do fim do ano. E prometia analisar o conteúdo das palavras do general, o que efectivamente foi feito oito dias depois integrado numa análise sobre vários temas da actualidade portuguesa. Aí se denuncia, de forma clara, quais os objectivos da viragem da sua linguagem política. Lá está a tentativa de sobrepor a sua nova mensagem à posição de partidos políticos existentes e a de aproximação pessoal com esses partidos, e ainda a tentativa de regressar a uma posição política destacada na vida política portuguesa. Em sucessivas análises publicadas posteriormente, nunca deixámos de apreciar o fenómeno do spinolismo e o que ele propunha e em análise publicada em 8 de Março juntamente com outras notícias, algumas exclusivas, denunciando actuações de oficiais spinolistas — lembro, por ex., a formação da associação de ex-comandos que inseria nota sobre as precauções tomadas pelo COPCON em certas regiões do país, dizia-se de uma forma clara e directa que uma solução preconizada pelos spinolistas equivaleria necessariamente a uma solução autocrática apoiada pela direita e pela extrema direita, do tipo autoritário bonapartista.

Eis alguns dos marcos, e poderíamos citar mais, da intervenção do EXPRESSO na desmistificação de Spínola.

Perguntas dos jornalistas presentes

FRANCISCO BALSEMÃO — Passaremos agora a ouvir as vossas perguntas e damos prioridade aos jornalistas portugueses que têm de regressar às redacções dos jornais.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS — Foi dito aqui que havia diversos jornais que pretendiam entrevistar o ex-general Spínola e que a imprensa nacional era unânime a acentuar a importância política do antigo Presidente da República.

FRANCISCO BALSEMÃO — Temos conhecimento concreto de que o SÉCULO nessa altura e antes, tentou entrevistá-lo. Por outro lado, penso que basta ler os jornais do período referido, à toda do fim do ano, Janeiro e Fevereiro, para se concluir que o general Spínola parecia voltar a ser vedeta tanto para a imprensa portuguesa como para a estrangeira.

ESQUERDA SOCIALISTA — Para além das afirmações de independência do vosso jornal, há uma coisa que ressalta sobre a liberdade de imprensa e a possibilidade de informar em Portugal. Pergunto se há medidas repressivas ou outras no género, sem o que me dá a impressão que esta conferência de imprensa, mais não será do que o criar condições para permitir uma nova campanha a nível de estrangeiros, contra o processo político em curso em Portugal.

MARCELO REBELO DE SOUSA — Parece-me que a sua pergunta implica dois pontos. Quanto ao segundo, é óbvio que não é ideia nem o objectivo do EXPRESSO. Pelo contrário, temos sempre denunciado os ataques máfiosos em órgãos da Imprensa internacional. Portanto, não é intenção alimentar ou sugerir qualquer campanha. O que acontece é que se verifica a tentativa de envolvimento do EXPRESSO, não propriamente pelo relatório mas pelos anexos, sem sua audição e permitindo as interpretações mais diversas acerca do sentido efectivo

dese envolvimento, daí a necessidade de esclarecer qual foi no passado e é no presente o estado de espírito do EXPRESSO.

AUGUSTO DE CARVALHO — Uma das razões porque convocamos também a imprensa estrangeira, é a de que o director-geral da Informação, comandante Montez, em reunião com representantes de órgãos estrangeiros, atacou o EXPRESSO. Queremos pois esclarecer que não estamos contra o processo. Acontece, porém, que não nos sujeitamos a manobras partidárias. O inquérito não foi feito em relação ao EXPRESSO, analisando o todo, mas apenas uma ou outra notícia.

JOÃO ISIDRO — Acerca da possibilidade de se informar em Portugal é a de conseguir fazer-se um jornalismo fundamentalmente político nos chamados grandes jornais. Isso estava completamente fora dos hábitos da imprensa e a seguir ao 25 de Abril e sobretudo ao 28 de Setembro, o que se notou foi um claro servilismo face ao poder que efectivamente não foi rompido por quase nenhum órgão a não ser o EXPRESSO. A partir do momento em que a tendência passou a ser mais de esquerda, depois de 28 de Setembro, a análise crítica é subiniciada por uma parte distribuída em relação a personalidades que dias antes eram louvadas. Por outro lado, a própria comissão ad-hoc, quando criada, não hesitou em multar duas vezes o EXPRESSO, servindo os interesses dos spinolistas, então, no poder.

FRANCISCO BALSEMÃO — Além das duas multas que tivemos bastante sintomáticas, houve o boicote dos vendedores, houve declarações de simpatia do Conselho de Revolução contra o EXPRESSO e agora com o relatório uma tentativa de envolvimento que nós não aceitamos.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS — Quería que analisasse a afirmação de que o tipo de jornalismo feito pelo EXPRESSO é incómodo e que concretizasse a análise em relação ao MFA.

FRANCISCO BALSEMÃO — A sua pergunta já foi de certo modo respondida pelo Augusto de Carvalho quando falou nas acusações de divisionismo. A nossa tese é muito simples: se o MFA é o centro do processo em curso, nenhum jornal pode ignorar o que se passa no MFA. Temos portanto obrigação de dar aos nossos leitores a informação do que se passa no órgão mais importante do processo. O que pode causar incómodo a muita gente, e podemos citar declarações de elementos do Conselho de Revolução que dizem ter o EXPRESSO uma acção profundamente negativa, o que não aceitamos. A nossa intenção, enquanto existirmos é de prosseguirmos nesse sentido porque entendemos que se deve dar importância ao que é importante.

MARCELO REBELO DE SOUSA — Um jornal de opinião política, por princípio, seja partidário ou apertidário, é sempre um jornal incómodo para o poder político. Por natureza tem de informar, muitas vezes por antecipação, de medidas que vão ser tomadas e a que retira, portanto, e na opinião do poder, impacto na opinião pública. Por outro lado, num processo revolucionário, isso é naturalmente mais agudo. Porque as conjunturas sucedem-se a um ritmo veloz, e as figuras que desempenham papéis importantes em certas fases deixam de desempenhar nas fases seguintes. Ora, o jornalismo político, por isso mesmo, está sujeito a todas as flutuações a que está sujeito o processo político. Daí a necessidade de o jornalismo político ultrapassar as figuras A, B, ou C que hoje são títulos correntes na imprensa, para ver em termos de prospecção até que ponto é que pode ir o seu contributo. Durante esse período tem-se a antinomia de A, B, ou C, objectos de crítica, na fase seguinte está-se sujeito à acusação fácil de que, apesar de tudo, foi dada importância a A, B, ou C, que naquela fase eram objectivamente importantes.

NEW YORK TIMES — Na vossa opinião, quanto tempo poderá decorrer até que a liberdade de escrever seja afectada?

SYDVENSKA DAGBLADET — Pensa que a existência do EXPRESSO está ameaçada?

FRANCISCO BALSEMÃO — A estas duas perguntas creio poder responder simultaneamente. O problema está em saber que espécie de imprensa é necessária a este país, neste momento. Nós insistimos em praticar o jornalismo independente, sobretudo para certas pessoas, e como já explicamos em português, temos que distinguir o que é apenas suficiente do que é realmente importante. Não hesitamos portanto em proporcionar ao público leitor as notícias e as opiniões que entendemos representarem a imagem real do que de mais importante se passa neste país e que é, no momento, a evolução da revolução, dirigida pelo MFA, posição que não valeu a acusação de divisionismo. Não cremos, contudo, que exista uma razão objectiva que nos leve

a pensar numa possibilidade de proibir o jornal.

MARCELO REBELO DE SOUSA — Quando falamos de independência é no sentido de que a independência se enquadra no processo revolucionário. É preciso ter em conta que o jornalismo político que se faz neste momento em Portugal é necessariamente diferente daquele que se faz noutras sociedades com diferentes experiências. Nós não somos um jornal que defenda a independência burguesa, é a independência que aceita a realidade do processo revolucionário e que nela quer propor e perseguir propósitos e métodos nesta revolução. É por isso que consideramos que o EXPRESSO tem um papel muito importante na realidade portuguesa, que aliás já existia no regime precedente, através duma pressão constante em direcção à democracia e que existe agora para manter o pluralismo crítico.

JORNALISTA NORUEGUÊS — Como reagiu o PPD ao relatório do 12 de Março?

MARCELO REBELO DE SOUSA — Isso é uma pergunta que deve ser posta aos dirigentes do PPD, e não ao EXPRESSO, que nada tem a ver com ela.

JORNALISTA NORUEGUÊS — Então tenho que lhe por a pergunta quando sairmos daqui.

MARCELO REBELO DE SOUSA — Como quiser.

DAILY TELEGRAPH — Pode dizer-nos qual é a tiragem do jornal e se tem sido dificuldades na obtenção de papel.

FRANCISCO BALSEMÃO — A nossa tiragem presente é de 110 000 exemplares, talvez a primeira ou segunda do país, mas não dispomos de elementos para fazer comparações com outros jornais. Quanto a dificuldades técnicas, são as decorrentes de que todo o papel neste país é praticamente importado em regime de monopólio, o que por vezes causa problemas financeiros.

SUDDETSCHER ZEITUNG — Quero pôr duas perguntas: a primeira é se na presente situação há realmente liberdade de imprensa em Portugal, a segunda é se o EXPRESSO pode trabalhar e publicar, com toda a franqueza, tudo na situação actual.

AUGUSTO CARVALHO — A primeira pergunta tem vários aspectos. Se o poder instituído concede aos jornais liberdade de imprensa, é um aspecto, se os jornalistas podem exercê-la efectivamente dentro dos jornais, é outro aspecto. Quanto à primeira questão, respondo que sim, mas há determinadas manobras que chegam ao poder constituído e que podem criar um clima de pressão à volta de determinados jornais que vão no sentido de cercar essa liberdade. Não há, portanto, interferência directa no jornal pelo poder constituído, mas todo este clima que se está a criar é nossa volta — isso no que diz respeito ao caso que nos trouxe aqui — pode condicionar-nos muito.

Segundo aspecto: se devolta do jornal EXPRESSO há liberdade para os jornalistas, escreverem, o que observarem — estão aqui todos os meus camaradas de tra-

balho que podem responder. Temos liberdade para reportar, e relatar tudo o que observamos e o Conselho de Redacção não funciona em termos de verificar o que os nossos colegas escrevem. Fazemos uma reunião de Redacção em que todos participam e onde se define livremente a planificação do jornal. Não há portanto nenhum organismo que possa fazer censura ideológica. Esta fórmula aplicada entre os jornalistas de variadas opções políticas, ideológicas e partidárias, e até apertidários, como já referi, tem resultado plenamente para nós. Em relação aos outros jornais não me quero pronunciar, porque desconheço o seu funcionamento concreto.

ALEXANDRE CORDEIRO — Acrescentaria aqui que esta situação que o Augusto descreve, é praticada no EXPRESSO muito antes do 25 de Abril, porque tal procedimento está explícito na sua declaração de princípios editorial publicada no primeiro número. É talvez por isso que o EXPRESSO já introduziu, até a revolução, e continuou a introduzir, o que para assim, e porque os sectores que sentem incómodos não dos leques políticos e dos quadranças muitos diversos e até opostos, é um bom sintoma.

AQUINO DE BRAGANÇA — Quero referir uma questão que diz respeito à vida profissional e ligada com o que foi dito sobre as intervenções do almirante Rosa Coutinho. É que por vezes os jornalistas interpretam mal e por isso deformam ou inventam mesmo notícias que não existem, como aconteceu com um jornalista em Dar-El-Salam que referiu sérias divergências na FRELIMO que nunca existiram e que, acabou por confessar, ter inventado para ter «notícias» para o seu jornal. Gostaria portanto que me dissessem quais os termos exactos da entrevista do almirante à revista «Der Spiegel».

AUGUSTO DE CARVALHO — A referência vinha no «Diário de Lisboa» e de outras e se alguma deturpação houve em relação ao pensamento do Almirante, ou se deve a um ou a outro dos jornais. Em entrevista recente que fizemos, juntamente com a Rádio Televisão Italiana, ao almirante Rosa Coutinho foi perguntado qual modelo de sociedade se adopta na sociedade portuguesa. Ele respondeu: «que não tinhamos nenhum modelo de socialismo, que o socialismo que nós procuramos é o que vem de baixo para cima, não obedece a modelos estereotipados nem a fórmulas, mas analisando as experiências que fomentamos, num entrosamento do povo com as Forças Armadas e partidos.»

Quanto ao ponto que me parece ser o objecto da sua intervenção e que se refere aos esquemas socialistas de leste, o almirante Rosa Coutinho falou concretamente na televisão, nos imperialismos soviéticos e americano. Há dias fez uma intervenção, na Itália, a pedido de «Lotta Continua» em que se pronunciou contra os imperialismos. Curioso até que alguns órgãos de informação nacionais, em vez de escreverem imperialismos (não lhes agradeu a palavra) escreveram imperialistas, o que em Portugal tem uma conotação bastante diferente.